

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
--------------------------	---

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	2
2. Balanço Patrimonial Passivo	3
3. Demonstração do Resultado	4
4. Demonstração do Resultado Abrangente	5
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	6

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019	8
Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	9
Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	10

9. Demonstração de Valor Adicionado	11
-------------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	75
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	78
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	79
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	80

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.312.328.578
Preferenciais	0
Total	2.312.328.578
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	10.050.771	9.845.000	9.988.480
1.01	Ativo Circulante	1.747.265	1.197.719	1.025.611
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	795.974	362.083	194.991
1.01.03	Contas a Receber	937.935	822.124	796.834
1.01.03.01	Clientes	861.142	804.273	793.740
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	76.793	17.851	3.094
1.01.06	Tributos a Recuperar	3	98	21.299
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.707	10.032	11.019
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.646	3.382	1.468
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	3.382	0
1.02	Ativo Não Circulante	8.303.506	8.647.281	8.962.869
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	41.434	39.851	38.379
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	32.812	31.440	28.783
1.02.01.02.02	Depósitos judiciais	17.716	16.845	14.706
1.02.01.02.03	Depósitos vinculados	15.096	14.595	14.077
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.622	8.411	9.596
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	8.622	8.411	9.596
1.02.03	Imobilizado	8.262.072	8.607.430	8.924.490

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	10.050.771	9.845.000	9.988.480
2.01	Passivo Circulante	802.676	413.247	471.151
2.01.02	Fornecedores	256.471	154.898	81.607
2.01.03	Obrigações Fiscais	469.657	167.611	80.310
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	469.657	167.611	80.310
2.01.03.01.02	Imposto de renda e contribuição social a recolher	414.949	112.037	32.563
2.01.03.01.03	Tributos a recolher	54.708	55.574	47.747
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	45.828	59.811	273.348
2.01.04.02	Debêntures	45.828	59.811	273.348
2.01.05	Outras Obrigações	30.720	30.927	35.886
2.01.05.02	Outros	30.720	30.927	35.886
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	10.546	16.561	21.073
2.01.05.02.04	Outros	0	0	6.269
2.01.05.02.05	Folha de pagamento e encargos a pagar	20.174	14.366	8.544
2.02	Passivo Não Circulante	6.607.224	6.224.124	5.574.244
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.195.295	5.193.354	4.954.293
2.02.01.02	Debêntures	5.195.295	5.193.354	4.954.293
2.02.03	Tributos Diferidos	1.319.032	923.212	521.030
2.02.04	Provisões	92.897	107.558	98.921
2.02.04.02	Outras Provisões	92.897	107.558	98.921
2.02.04.02.04	Provisões ambientais	31.543	29.849	37.557
2.02.04.02.05	Provisão com condicionantes ambientais	55.018	69.484	53.603
2.02.04.02.06	Provisão para contingências legais	6.336	8.225	7.761
2.03	Patrimônio Líquido	2.640.871	3.207.629	3.943.085
2.03.01	Capital Social Realizado	994.301	1.618.630	2.312.329
2.03.02	Reservas de Capital	1.360.199	1.360.199	1.360.199
2.03.04	Reservas de Lucros	286.371	228.800	270.557

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.406.215	4.040.892	4.112.460
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-743.782	-788.797	-742.827
3.03	Resultado Bruto	3.662.433	3.252.095	3.369.633
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-78.081	-47.825	94.157
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-54.588	-47.825	-65.177
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-23.493	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	162.239
3.04.04.01	Variações cambiais líquidas	0	0	162.239
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-2.905
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.584.352	3.204.270	3.463.790
3.06	Resultado Financeiro	-282.260	-376.399	-818.095
3.06.01	Receitas Financeiras	67.324	56.413	102.825
3.06.02	Despesas Financeiras	-349.584	-432.812	-920.920
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.302.092	2.827.871	2.645.695
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.084.573	-894.363	-836.353
3.08.01	Corrente	-688.752	-492.181	-338.215
3.08.02	Diferido	-395.821	-402.182	-498.138
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.217.519	1.933.508	1.809.342
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.217.519	1.933.508	1.809.342
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,96000	0,84000	0,78000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,96000	0,84000	0,78000

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	2.217.519	1.933.508	1.809.342
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.217.519	1.933.508	1.809.342

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.682.023	3.311.217	2.919.604
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.420.395	3.198.593	3.083.425
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	2.217.519	1.933.508	1.809.342
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social e diferidos	395.821	402.182	498.138
6.01.01.04	Provisão para bônus, férias e 13º	16.755	15.959	0
6.01.01.06	Rendimento de ativo financeiro	0	0	-33.379
6.01.01.07	Amortização de seguros	766	13.556	10.657
6.01.01.08	Variações cambiais e encargos sobre financiamentos	0	0	-162.240
6.01.01.09	Despesa com juros sobre debentures e financiamentos	336.045	422.429	542.009
6.01.01.10	Depreciação e amortização	431.475	416.578	406.049
6.01.01.11	Outros	22.014	-5.619	12.849
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	647.490	526.434	114.729
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-56.869	-10.533	8.604
6.01.02.02	Despesas antecipadas	0	0	-21.676
6.01.02.03	Adiantamentos	0	0	-1.464
6.01.02.04	Depósitos judiciais	0	-1.293	-9.910
6.01.02.05	Fornecedores e outras contas a pagar	101.573	70.859	-2.061
6.01.02.06	Tributos a recolher	688.049	500.008	141.236
6.01.02.07	Tributos a recuperar	-116	22.482	0
6.01.02.08	Outras contas a receber	-58.942	-14.757	0
6.01.02.09	Outros ativos	-705	-12.042	0
6.01.02.10	Proventos e encargos a pagar	-10.948	-10.135	0
6.01.02.11	Provisões ambientais	-12.663	-18.155	0
6.01.02.12	Provisão para contingências legais	-1.889	0	0
6.01.03	Outros	-385.862	-413.810	-278.550
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-385.840	-412.707	-277.466
6.01.03.02	Outros ativos	0	0	-1.081
6.01.03.03	Outros passivos	-22	-1.103	-3
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-109.598	-74.836	554.507

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-109.598	-74.836	-19.247
6.02.02	Resgate em recebíveis de ativos financeiros	0	0	573.754
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.138.534	-3.069.289	-3.279.121
6.03.01	Pagamento de financiamentos	0	-5.201.358	-4.593.869
6.03.02	Pagamento de juros de financiamento	0	0	-1.139.287
6.03.03	Captação de debêntures	0	5.191.489	5.201.358
6.03.04	Pagamento de juros de debêntures	-348.079	-385.944	-462.822
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-2.166.126	-1.979.777	-2.284.501
6.03.06	Redução de capital	-624.329	-693.699	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	433.891	167.092	194.990
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	362.083	194.991	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	795.974	362.083	194.991

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.618.630	1.360.199	228.800	0	0	3.207.629
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.618.630	1.360.199	228.800	0	0	3.207.629
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-624.329	0	57.571	-2.217.519	0	-2.784.277
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-174.478	0	-174.478
5.04.08	Redução de Capital	-624.329	0	0	0	0	-624.329
5.04.09	Dividendos pagos	0	0	-190.432	-1.795.038	0	-1.985.470
5.04.10	Dividendos propostos	0	0	248.003	-248.003	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.217.519	0	2.217.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.217.519	0	2.217.519
5.07	Saldos Finais	994.301	1.360.199	286.371	0	0	2.640.871

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.312.329	1.360.199	270.557	0	0	3.943.085
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.312.329	1.360.199	270.557	0	0	3.943.085
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-693.699	0	-41.757	-1.933.508	0	-2.668.964
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-233.900	0	-233.900
5.04.08	Redução de Capital	-693.699	0	0	0	0	-693.699
5.04.09	Dividendos pagos	0	0	-232.189	-1.509.176	0	-1.741.365
5.04.10	Dividendos propostos	0	0	190.432	-190.432	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.933.508	0	1.933.508
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.933.508	0	1.933.508
5.07	Saldos Finais	1.618.630	1.360.199	228.800	0	0	3.207.629

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.312.329	1.360.199	38.368	0	364.496	4.075.392
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.312.329	1.360.199	38.368	0	364.496	4.075.392
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.809.342	-132.307	-1.941.649
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.536.274	-132.307	-1.668.581
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-273.068	0	-273.068
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.809.342	0	1.809.342
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.809.342	0	1.809.342
5.07	Saldos Finais	2.312.329	1.360.199	38.368	0	232.189	3.943.085

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	5.148.661	4.703.529	4.778.160
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.148.661	4.703.529	4.778.160
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-392.995	-360.456	-331.946
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-392.995	-360.456	-331.946
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.755.666	4.343.073	4.446.214
7.04	Retenções	-340.046	-416.578	-406.049
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-340.046	-416.578	-406.049
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.415.620	3.926.495	4.040.165
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	67.306	56.413	265.087
7.06.02	Receitas Financeiras	67.306	56.413	265.087
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.482.926	3.982.908	4.305.252
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.482.926	3.982.908	4.305.252
7.08.01	Pessoal	36.322	30.945	15.885
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.608	25.081	13.417
7.08.01.02	Benefícios	5.475	3.851	1.409
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.239	2.013	1.059
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.861.285	1.566.634	1.826.493
7.08.02.01	Federais	1.594.862	1.358.402	1.607.706
7.08.02.02	Estaduais	247.281	190.267	198.536
7.08.02.03	Municipais	19.142	17.965	20.251
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	367.800	253.470	111.523
7.08.03.01	Juros	346.315	231.852	73.652
7.08.03.03	Outras	21.485	21.618	37.871
7.08.03.03.01	Patrocínios	13.929	8.030	5.545
7.08.03.03.02	Fornecedores – serviços não operacionais	19.869	13.563	30.584
7.08.03.03.03	Outras remunerações de capitais de terceiros	-12.313	25	1.742
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.217.519	1.933.508	1.809.342
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	174.478	233.900	273.068
7.08.04.02	Dividendos	2.043.041	1.699.608	1.536.274

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

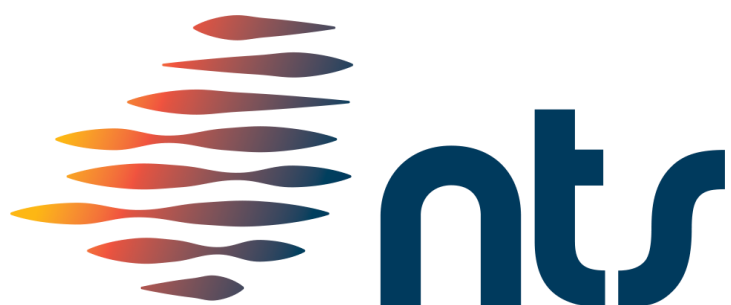
(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.05	Outros	0	198.351	542.009
7.08.05.01	Juros sobre empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	0	198.351	542.009

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019





Relatório da Administração/comentário do Desempenho

CONTEÚDO DO RELATÓRIO

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2. A NTS

2.1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3. GESTÃO EMPRESARIAL

3.1. NEGÓCIO

3.2. RECURSOS HUMANOS

3.3. SAÚDE, SEGURANÇA, E MEIO AMBIENTE

3.4. MANUTENÇÃO E INTEGRIDADE

3.5. MEDIÇÃO E QUALIDADE

3.6. GESTÃO DE RISCO

3.7. RESPONSABILIDADE SOCIAL

4. ATIVOS DE TRANSPORTE

4.1. MALHA DE GASODUTOS DA NTS

4.2. INVESTIMENTOS

5. CONTRATOS DE TRANSPORTE DE GÁS

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

6.2. ENCARGOS SOBRE VENDAS

6.3. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

6.4. LUCRO BRUTO

6.5. DESPESAS OPERACIONAIS

6.6. LUCRO OPERACIONAL

6.7. RESULTADO FINANCEIRO

6.8. RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS

6.9. IRPJ E CSLL

6.10. LUCRO LÍQUIDO

6.11. EBITDA

6.12. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

7.1 DEBÊNTURES DE PRÓPRIA EMISSÃO

7.2 POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

7.3. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

7.4. EVENTOS SUBSEQUENTES A 31/12/2019



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 para a NTS foi marcado por significativos avanços nas discussões sobre as mudanças do marco regulatório do setor de gás no Brasil, rumo a formação de um setor aberto, dinâmico e competitivo. Em junho, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) editou por meio de resolução as diretrizes regulatórias para abertura e a promoção da concorrência no mercado de gás natural, que deverão ser adotados nesse processo durante os próximos anos. Na sequência, o Governo Federal lançou o programa “Novo Mercado de Gás”, programa este coordenado pelo Ministério de Minas e Energia juntamente com outros entes e que prevê a quebra do monopólio no mercado e melhorias na regulação do transporte e da distribuição de gás natural no Brasil.

Em julho, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Petrobras assinaram Termo de Compromisso de Cessação (TCC), no qual a Petrobras se comprometeu a liberar capacidade na malha de gasodutos do país, bem como toda a infraestrutura essencial ao setor de gás natural, incluindo dutos de escoamento, unidades de processamento e terminais de GNL.

Finalmente em outubro de 2019 a Lei 6.407/13 (Nova Lei do Gás) foi aprovada pela Comissão de Minas e Energia na Câmara. Esses eventos foram muito importantes e significativos para a estratégia da NTS.

É válido também citar os seguintes destaques operacionais e financeiros referentes ao exercício de 2019:

- Destaques operacionais:
 - O volume médio de gás natural entregue foi de 37,4 milhões de m³/dia (milhões de metros cúbicos por dia), 10% superior à média diária registrada em 2018, com máxima registrada em agosto, equivalente a 43,6 milhões m³/dia;
 - A apuração da Taxa de Acidentes Registráveis para a NTS atingiu 1,37 por milhão de homens-hora, frente a um limite máximo admissível estabelecido pela Companhia de 2,88 por milhão de homens-hora, porém acima do registrado no ano anterior, quando o índice foi de 1,02. Reforçando o compromisso da NTS com a segurança das pessoas envolvidas ou afetadas pela sua operação, investimos ao longo do ano em iniciativas como o Programa Zero Dano, o qual busca melhorar formação das pessoas, melhoria de processos e infraestrutura votadas à cultura de segurança.
 - Implantação do Programa de Gestão de Emergências e Crises, com treinamentos e simulados voltados à resposta e resiliência da Companhia, baseando-se na metodologia do ICS – *Incident Command System*;
 - Investimentos de R\$ 124 milhões voltados especialmente à integridade dos gasodutos e das operações, incluindo inspeções da malha e substituição de equipamentos por soluções mais seguras e modernas.
- Destaques financeiros:
 - Os resultados da Companhia em 2019 refletem principalmente o impacto macroeconômico da inflação sobre o faturamento, combinado a investimentos relevantes, disciplina de capital e gestão eficiente da cadeia de suprimentos. A margem EBITDA apurada ao final de 2019 foi de aproximadamente 89,1%, ante a 89,6% registrada em 2018, totalizando R\$ 3,9 bilhões ante R\$ 3,6 bilhões



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

registrados em 2018. Esse crescimento de 8,4% no EBITDA permitiu à NTS remunerar seus acionistas com distribuições aprovadas de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões entre dividendos e juros sobre capital próprio no último ano, além de reduzir o capital social em R\$ 624 milhões.

- O Lucro Líquido do Exercício apresentou expansão de 14,7% em relação a 2018, refletindo uma Receita Operacional Líquida 9,0% maior, impactada pela variação positiva do IGP-M em 2018 (incorporadas nas tarifas vigentes em 2019), recuo dos Custos dos Serviços Prestados em 5,7% e do Resultado Financeiro Líquido em 25,0%.
- Em 2019 concluímos também o registro da Companhia junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria B e tivemos o *rating* nacional de longo prazo afirmado pela Fitch Ratings, ou “AAA(bra)” com perspectiva estável.

Outras iniciativas foram implementadas visando a capacitação de nosso corpo técnico, com integração de aproximadamente 30 novos profissionais ao longo do ano, disseminação constante do programa de *compliance* e gestão de riscos.

Os principais indicadores estão resumidos abaixo:

Em milhares de Reais	2019	2018	Var.
Receita Operacional Líquida	4.406.215	4.040.892	9,0%
Lucro Bruto	3.662.433	3.252.095	12,6%
Margem Bruta %	83,1	80,5	2,6 pp
Lucro Operacional	3.607.845	3.204.270	12,6%
% sobre a ROL	81,9	79,3	2,6 pp
Lucro líquido do exercício	2.217.519	1.933.508	14,7%
% sobre a ROL	50,3	47,8	2,5 pp

Reforçamos nosso compromisso com a comunidade local, em 2019, por meio das leis de incentivos fiscais, totalizando R\$ 13,9 milhões destinados tanto ao patrocínio da Orquestra Sinfônica Brasileira quanto a projetos sociais nas comunidades localizadas no entorno dos nossos gasodutos, focados em atender principalmente crianças e adolescentes e impactar suas vidas por meio de incentivo ao esporte, inclusão e ações de promoção à saúde.

No ano em que completou dois anos sob nova gestão, após a troca de controle em abril de 2017, como resultado do aprimoramento do ambiente de trabalho para reunir oportunidades de desenvolvimento, capacitação e respeito, além de orientar as futuras iniciativas para buscar melhorias contínuas aos nossos colaboradores e processos, fomos agraciados com a certificação do GPTW (*Great Place to Work*).

Ademais, permanecemos com nosso foco em realizar o transporte seguro de gás natural, promover a capacitação da técnica da equipe para buscar excelência na operação e manutenção dos gasodutos da Companhia e realizar investimentos e projetos que assegurem a manutenção da integridade, segurança, confiabilidade e disponibilidade dos ativos e instalações da NTS.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Para o futuro, a NTS acredita que as mudanças no marco regulatório do mercado de gás irão promover ao setor maior liquidez, livre concorrência e maior competitividade, gerando assim oportunidades de novos negócios aliadas também ao crescimento da produção nos próximos anos. A NTS defende que a transição de modelo aconteça de forma sustentável e vem participando e contribuindo para as discussões sobre o Novo Mercado de Gás. Houve avanços significativos no ambiente regulatório no último ano e a NTS está confiante que as discussões sobre a Nova Lei do Gás sejam brevemente retomadas no Congresso e o setor continue progredindo em 2020.

Agradecemos a confiança dos nossos acionistas, a dedicação e apoio dos membros da Diretoria, dos nossos gestores e de todos os nossos profissionais pelo trabalho desenvolvido no ano de 2019. O compromisso de todos com os valores da NTS tem sido fundamental para nosso sucesso e atingimento das nossas metas.

Wong Loon

Diretor Presidente

Flávio Mendonça Leal

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

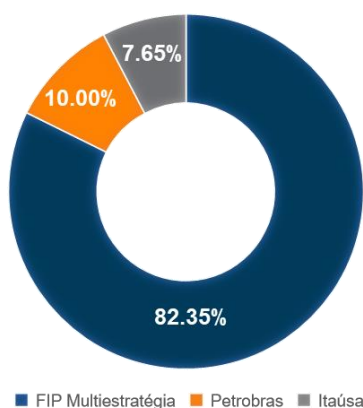
2. A NTS

A NTS transporta gás natural por meio de um sólido sistema de gasodutos, conectando a região mais industrializada do Brasil com segurança e confiabilidade, através de aproximadamente 2.050 quilômetros de gasodutos, com capacidade efetiva de transporte de aproximadamente 79 milhões de m³ por dia¹.

A capacidade de transporte dutoviário da NTS está 100% contratada pela Petrobras através de 5 (cinco) GTAs, regulados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Os gasodutos da NTS ligam os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (responsáveis por aproximadamente 50% do consumo de gás no Brasil) ao gasoduto Brasil-Bolívia, aos terminais de GNL e às plantas de processamento de gás.

A Companhia possui controle privado, conforme composição acionária apresentada no gráfico abaixo:



2.1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

De acordo com o Estatuto Social da NTS, a Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da NTS, com funções deliberativas, enquanto a Diretoria compete a administração dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja atribuída a competência ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral. Há, ainda, na estrutura de governança corporativa da NTS o Conselho Fiscal, de caráter permanente, com as atribuições e deveres previstos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), sem prejuízo de outras atribuições que lhe sejam conferidas em virtude de disposição legal, do Estatuto Social ou por determinação da Assembleia Geral.

O Conselho de Administração da Companhia é composto de dez membros titulares e seus suplentes, todos com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, em abril

¹ A capacidade efetiva de transporte deverá ser aprovada pela ANP, sendo baseada em simulações de transporte que consideram cenários mais prováveis para pontos de entrada de gás, pontos de saída de gás e respectivas quantidades.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

de 2020. A Diretoria Executiva Estatutária é composta por 3 membros, sendo um Diretor Presidente e de Operações, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração.

A auditoria externa independente, cuja contratação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, examina as demonstrações financeiras da Companhia ao final de cada trimestre e do exercício social, devendo tais demonstrações ser aprovadas pelos acionistas da NTS em Assembleia Geral, com base em manifestação do Conselho de Administração e parecer elaborado pelo Conselho Fiscal. A cada cinco anos, a empresa contratada deve ser substituída para garantir isonomia, independência e transparência ao processo de auditoria e, adicionalmente, a NTS possui estrutura de auditoria interna que se reporta diretamente ao Conselho de Administração.

Em 2019, os honorários de auditoria externa totalizaram R\$ 616 mil, 6% superior aos R\$ 581 mil dispendidos em 2018, correspondente às revisões trimestrais conduzidas pelos auditores sobre as demonstrações intermediárias e anual da Companhia em 2018, além da análise dos impactos de novos pronunciamentos contábeis, considerando o escopo esse necessário para o registro da Companhia junto à CVM.

A distribuição intermediária de dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas totalizou R\$ 1.970 milhões em 2019, sendo R\$ 1.795 milhões, em forma de dividendos e R\$ 175 milhões em forma de juros sobre capital próprio. Adicionalmente, foram pagos R\$ 190 milhões referentes aos dividendos propostos ao final de 2018. Outros R\$ 248 milhões de dividendos adicionais referentes ao lucro do exercício de 2019 foram propostos e mantidos em Reserva de Lucro, com deliberação de distribuição aprovada pelo Conselho de Administração. Em 2019, os acionistas da Companhia também aprovaram a redução do Capital Social em R\$ 624 milhões, considerado em excesso para atividade da Companhia. As distribuições pagas em 2018 somaram R\$ 1.980 milhões.

3. GESTÃO EMPRESARIAL

3.1. NEGÓCIO

Os principais objetivos da NTS são gerar valor para *stakeholders*, entregar resultado, gerar caixa estável com excelência operacional, garantir disponibilidade e confiabilidade da malha, respeitando a vida e o meio ambiente.

A conquista destes objetivos é alcançada através da observância das estruturas de governança, do atendimento às normas regulatórias e da aplicação de um modelo de gestão que prioriza:

- Segurança e integridade;
- Excelência operacional; e
- Disciplina na alocação de capital.

No exercício social de 2019, a NTS apresentou Receita Operacional Líquida de R\$ 4,4 bilhões e ativo imobilizado totalizando R\$ 8,3 bilhões, com redução de 4% no ano devido, majoritariamente, à depreciação dos ativos no período.



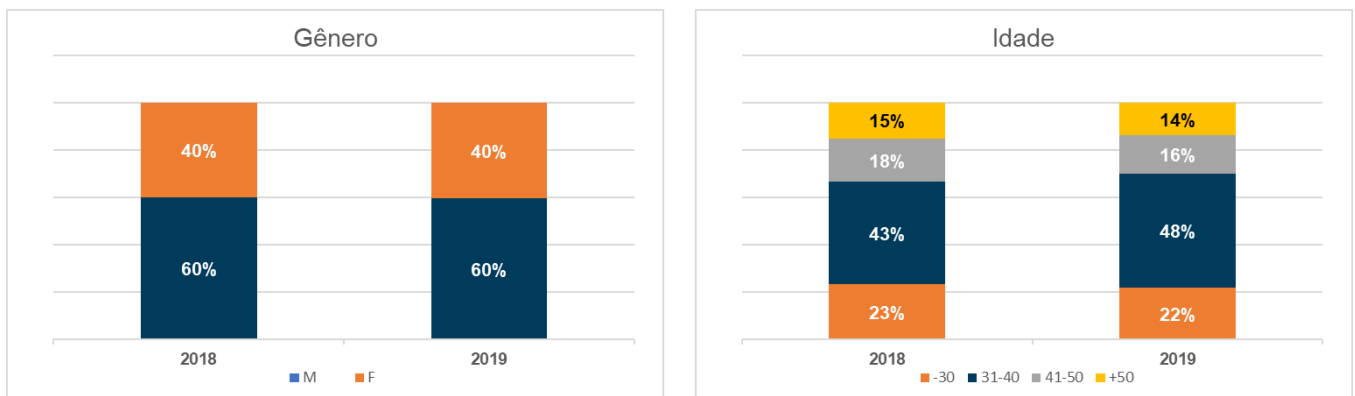
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

As atividades de operação e manutenção da malha são efetuadas com suporte técnico da Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO), contratada pela NTS para operar sua infraestrutura (inclusive quatro das cinco unidades de compressão próprias da NTS), realizando a movimentação e entrega do gás natural. A TRANSPETRO é a maior e principal operadora no transporte dutoviário (óleo e gás) do Brasil, com grande expertise na operação deste tipo de sistema.

Diariamente, a NTS realiza o acompanhamento e certificação dos volumes movimentados na sua malha dutoviária, utilizando sistemas e banco de dados específicos para esta finalidade. Com base nos volumes movimentados, a NTS identifica a distribuição entre os diversos pontos de recebimento e pontos de entrega de gás, proporcionando maior controle operacional e disponibilizando as informações necessárias para o faturamento de cada um dos GTAs.

3.2. RECURSOS HUMANOS

Em 2019 continuamos expandindo contratações, de forma alinhada ao crescimento e à implantação da estratégia da Companhia, fechando o exercício com 87 profissionais (60 ao final de 2018) distribuídos conforme abaixo:



Neste exercício, também recebemos a certificação do GPTW (*Great Place to Work*). O resultado obtido nos permitirá orientar as futuras iniciativas para buscar melhorias contínuas aos nossos colaboradores e processos, oportunidades de desenvolvimento e capacitação.

3.3. SAÚDE, SEGURANÇA E MEIO AMBIENTE

A atuação com responsabilidade econômica, ambiental e social é premissa tanto na manutenção das operações, como também no desenvolvimento de novas iniciativas. Para tal, a NTS possui Política de Sustentabilidade, que estabelece os princípios e compromissos com a sustentabilidade, orientando processos, ações e relacionamentos com os seus diversos *stakeholders*, garantindo a atuação nessas dimensões.

Para a NTS, a sustentabilidade é alcançada quando seus negócios geram valor para seus acionistas e demais partes interessadas, apoiando o fortalecimento social, a manutenção



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

e melhoria da saúde e segurança de seus colaboradores e comunidades afetadas direta ou indiretamente pelo nosso negócio e a eliminação ou minimização dos impactos ambientais negativos. Desta forma, potencializaremos os impactos positivos e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde operamos.

Com este objetivo em mente e mantendo o compromisso com a sua visão, missão e valores, a NTS define esses quatro princípios primordiais de sustentabilidade:

- Reduzir os riscos e impactos diretos da sua atividade
- Atuar com ética, transparência e conduta moral
- Atuar com compromisso com a segurança, saúde e zelo por seus colaboradores
- Construir e fortalecer parcerias no entorno das operações

A NTS é comprometida a implementar sistemas e práticas de gestão de saúde, segurança, meio ambiente e qualidade em todas as suas operações, assegurando o entendimento estratégico das questões relativas a esses temas, fundamentais para atingir os resultados esperados pela organização.

Com esse objetivo, a NTS implantou a estratégia do Zero Dano, que visa demonstrar o compromisso da empresa com a não ocorrência de incidentes e assegurar zero incidentes de alto risco. O Zero Dano baseia-se em três programas, quais sejam:

- Nossas instalações, que visa a redução de incidentes de alto risco, através de tecnologia e inovação;
- Sistema de Gestão Integrada, que tem o foco de implementar um sistema através de práticas e processos;
- Nossa gente, que visa o desenvolvimento da cultura de segurança da nossa Companhia.

A cada novo empreendimento, estudos e programas são desenvolvidos nas regiões de influência visando a identificar e avaliar os impactos nas comunidades, na fauna, na flora, no solo, nos recursos hídricos e no ar, além de propor medidas para eliminar, minimizar ou compensar os impactos negativos, enfatizando a integração do empreendimento à localidade.

A NTS efetua acompanhamento permanente do atendimento aos requisitos legais, do cumprimento às condicionantes ambientais e, ainda, dos prazos estabelecidos para que os requerimentos de renovação das licenças de operação relativas às instalações em fase operacional ocorram tempestivamente, permitindo, dessa forma, a continuidade das atividades operacionais em conformidade com a legislação vigente.

3.4. MANUTENÇÃO E INTEGRIDADE

As atividades de manutenção e inspeção necessárias para garantir a confiabilidade, disponibilidade, integridade e segurança operacional da infraestrutura de transporte de gás natural são realizadas com suporte técnico da TRANSPETRO, contratada da NTS, tomando por base as melhores tecnologias e práticas do mercado, assim como as normas nacionais e internacionais aplicadas à indústria dutoviária, estando em conformidade com a legislação vigente.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A TRANSPETRO – com supervisão e controle pela NTS - planeja as atividades de manutenção, utilizando o sistema SAP R/3 para auxiliar no processo de controle, e executa as atividades de manutenção nos gasodutos, pontos de entrega, estações de compressão e demais instalações da malha de gasodutos da NTS.

A NTS gerencia a efetividade dessas atividades por meio de um conjunto de indicadores estruturados desenvolvidos para este fim e monitorados periodicamente pela NTS em auditorias técnico-operacionais, reuniões periódicas e relatórios técnicos mensais, além dos contatos operacionais no dia-a-dia.

Em 2019, a NTS deu continuidade ao plano de auditoria dos ativos iniciado em 2017, atingindo a marca de 97% de instalações auditadas. As auditorias, têm o intuito de verificar a adequação das atividades, instalações e controles da TRANSPETRO e demais prestadores de serviço na operação e manutenção de seus ativos.

Ao longo deste último exercício, a NTS realizou as seguintes iniciativas, além das atividades regulares de manutenção realizadas pela TRANSPETRO:

a) implementação do sistema de gestão de integridade baseado em risco em mais quatro gasodutos (totalizando dez gasodutos), através da utilização de um *software* especializado e globalmente reconhecido na indústria de transporte de gás.

b) realização de 74 escavações em 4 dutos distintos, dando continuidade ao Plano de Gerenciamento de longo prazo de corrosão sob tensão (*Stress Corrosion Cracking - SCC*), aumentando a segurança das operações por meio de inspeções de gasodutos, com utilização de ferramentas especializadas que detectam falhas nos dutos (*pigs* instrumentados).

c) conclusão do diagnóstico das variações de classe de locação dos dutos decorrentes de adensamento populacional. A pressão de operação de determinados gasodutos foi reduzida onde necessário, respeitando as normas vigentes, sem comprometer o transporte de gás demandado através dos seus GTAs. O planejamento de longo prazo de manutenção da malha, que incluirá a definição das medidas necessárias para reestabelecimento da pressão original dos ativos, foi iniciado e espera-se que seja concluído ao longo de 2020.

3.5. MEDIÇÃO E QUALIDADE

A exatidão da medição de todos os volumes e da energia movimentados na malha de gasodutos da NTS é de grande importância para assegurar a confiabilidade do faturamento da NTS e de seus clientes. Para garantir o rigor nas medições, os sistemas de medição da NTS observam as determinações regulatórias e contratuais vigentes, bem como são realizadas calibrações periódicas, substituição de equipamentos por tecnologias modernas e utilização de softwares de monitoramento de falhas e controle metrológico.

Em 2019, diversas ações foram executadas, em conjunto com a engenharia, para aumentar a disponibilidade dos equipamentos de medição, dentre elas: projetos de instalação de sistemas de back-up de energia nos pontos sujeitos a falha de



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

abastecimento, substituição de medidores e computadores de vazão obsoletos, aquisição e instalação de cromatógrafos e melhorias nas condições de segurança dos pontos de medição, para mitigação de furtos com potencial impacto na medição de gás. Também houve a implementação de software de monitoramento de falhas utilizado pelas empresas referência no transporte de gás mundial. Adicionalmente, foi implementada a medição de respaldo (troca de informações entre cliente e transportador) para alguns pontos de entrega estratégicos, visando confirmar as medidas certificadas antes do processo de faturamento. Na categoria inovação, foi desenvolvido internamente um software preditivo de monitoramento e associação *on time* de energia para cada ponto de entrega, indicando a energia entregue referente à mistura gasosa mesmo em caso de falha de equipamentos.

3.6. GESTÃO DE RISCO

A Companhia vem aprimorando seus processos de gestão de riscos corporativos, de forma a atuar na prevenção e mitigação. Dentre os principais riscos identificados, destacam-se: i) integridade de seus ativos; ii) interrupção no serviço de transporte de gás ou falha na entrega; iii) obtenção e renovação de licenças ambientais; iv) perda de membros da administração ou incapacidade de reter talentos; v) perda de contingências tributárias, trabalhistas e cíveis em que esteja envolvida; vi) ataques cibernéticos; vii) dependência de fornecedores e viii) mudanças regulatórias ou aplicação de penalidades pelo regulador.

Dentre as iniciativas voltadas à melhoria contínua da gestão dos riscos, citamos o desenvolvimento e implementação do Plano de Continuidade de Negócios. Ao longo do ano de 2019, foram definidos os procedimentos e recursos necessários para permitir a execução dos processos corporativos críticos (como processos financeiros, relativos à gestão de pessoas ou comerciais), em caso de inacessibilidade às instalações da NTS. Um plano de contingência e de recuperação de desastres foi desenvolvido.

Os seguros contratados pela Companhia são outra importante ferramenta utilizada na gestão de riscos. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia possui diversas apólices de seguros, dentre elas, riscos operacionais e lucros cessantes, responsabilidade civil geral, riscos ambientais, responsabilidade civil D&O, riscos de engenharia, responsabilidade civil de obras e patrimonial. Ao final de 2019, a cobertura de todas as apólices montava a aproximadamente R\$ 2,7 bilhões.

3.7. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A NTS busca incentivar projetos que tenham impacto nas comunidades por onde passam seus gasodutos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Em 2018, a NTS manteve o patrocínio à Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB). Através de uma iniciativa denominada “Conexões Musicais”, a OSB realiza atividades de formação musical de alunos e professores de escola públicas em municípios de baixo IDH. Esta



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

iniciativa contemplou os municípios de Paracambi, Barra do Piraí, Barra Mansa e Guapimirim, todas no Rio de Janeiro. Os municípios receberam os músicos da OSB, que prepararam os professores das escolas municipais para o projeto “Orquestra em Sala”, levando educação musical para mais de 10 mil alunos da rede pública. Músicos locais foram selecionados para *masterclasses* com a orquestra e todo esse trabalho foi premiado ao final com um concerto do projeto “Conexões Musicais”. Em Barra Mansa, o projeto “Link Up” desenvolveu cerca de 1.500 crianças que tocaram em um concerto a céu aberto com a Orquestra Sinfônica Brasileira. Utilizando-se recursos da Lei Rouanet, o patrocínio da NTS para OSB foi de R\$ 8,0 milhões em 2018.

Em 2019, além dos patrocínios à OSB, a Companhia apoiou outros 10 projetos selecionados por meio de edital de Projetos Sociais por Leis de Incentivo (Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), PRONON/PRONAS, Fundo da Infância e Adolescência - FIA / Fundo Municipal da Criança e Adolescente - FUMCAD e Lei do Idoso). Dentre eles, foram contemplados o Projeto Esporte Cidadão - Ajudôu em Brumadinho-MG e o Projeto Judô Mais que Ouro - Instituto SOS Reviver em Nova Iguaçu-RJ, que buscam promover atividades educativas, qualidade de vida, disciplina e valorização da coletividade, longe das drogas, por meio da prática de atividades esportivas. Juntos estes projetos impactam aproximadamente 600 crianças e adolescentes. A Fundação Gol de Letra em São Paulo-SP atua em escolas públicas, contribuindo para a educação integral também por meio da inclusão social pela prática esportiva, abrangendo aproximadamente 800 crianças e adolescentes. Dentre os projetos voltados à infância e adolescência, podemos citar o Projeto Ver na Escola – Instituto Verter, com atendimento oftalmológico em escolas públicas e impacto a cerca de 20 mil alunos da rede de escolas municipais de São Paulo-SP. Foram destinados em 2019 aproximadamente R\$ 13,9 milhões em recursos por meio das leis de incentivo.

A NTS acredita e deseja continuar contribuindo para o desenvolvimento sustentável e ao final de 2019 lançou novo edital, com seleção de 17 novos projetos que serão apoiados ao longo de 2020.

4. ATIVOS DE TRANSPORTE

4.1. MALHA DE GASODUTOS DA NTS

A infraestrutura da NTS conta com capacidade de movimentação de 79 milhões m³/dia, uma malha de gasodutos com extensão total de aproximadamente 2.050 quilômetros, 6 estações de compressão de gás – dentre próprias (5) e terceirizadas (1) – e 44 pontos de entrega, além de 3 pontos de interconexão, estando presente em 3 estados brasileiros na região Sudeste — Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho



Mapa 1 - Malha de gasodutos NTS

Essa malha caracteriza-se pela forte interligação entre seus gasodutos, conectando-se à produção nacional proveniente principalmente das bacias de Campos e Santos, ao gasoduto Bolívia-Brasil, de propriedade da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), aos gasodutos da região nordeste do Brasil, de propriedade da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) e ao terminal de GNL da Baía da Guanabara, de propriedade da Petrobras, totalizando 9 pontos de recebimento de gás.

Entregas de gás

Além da grande extensão e da capilaridade existente na região Sudeste, é importante observar que nesta região estão os estados com maior consumo de gás do país. Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais demandaram aproximadamente 45%, 45% e 10% do gás entregue pela NTS, respectivamente.

No ano de 2019, a média de volume entregue pela NTS foi de 37,4 milhões m³/dia, comparado a 34,1 milhões m³/dia em 2018.

4.2. INVESTIMENTOS

A Companhia opera ativos regulatórios devendo manter tais ativos em condições de operação a plena capacidade durante a vigência das autorizações de operação.

Dessa forma, os investimentos realizados visam a garantir a disponibilidade e confiabilidade dos gasodutos e equipamentos, tratando-se de melhorias, adequações e modernizações, mantendo a capacidade de transporte de acordo com as obrigações contratuais de cada um dos GTAs, bem como investimentos associados a conformidade legal e regulatória.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

No exercício social de 2019 os investimentos totalizaram R\$ 124 milhões, ante investimentos de R\$ 90 milhões em 2018, incluindo investimentos destinados ao cumprimento de condicionantes ambientais.

Durante 2019, a Companhia destaca os seguintes principais investimentos:

- Conclusão dos dois projetos remanescentes de melhorias nos sistemas de medição, totalizando 13 projetos entre 2018 e 2019. O dispêndio em 2019 totalizou aproximadamente R\$ 29 milhões;
- *Overhaul* das turbinas da estação de compressão de Taubaté, no montante aproximado de R\$ 24 milhões;
- Cumprimento de condicionantes ambientais associadas a instalação dos dutos totalizando aproximadamente R\$ 15 milhões;
- Inspeções e reparos de gasodutos (através de *pig*, ferramentas especializadas, escavações) para detectar e corrigir pontos com presença de SCC (*Stress Corrosion Cracking*), no montante de aproximadamente R\$ 12 milhões.

Adicionalmente, reforçando o foco na gestão da integridade dos dutos, também foram dispendidos em 2019 aproximadamente R\$ 63 milhões no escopo do SCC e Classe de Locação, que não são capitalizados e deverão ser reembolsados pela Petrobras como parte

das obrigações remanescentes do acordo para alienação da Companhia em 2017. Estes valores então contidos no saldo de outras contas a receber, que totalizam R\$ 77 milhões em 31/12/2019.

5. CONTRATOS DE TRANSPORTE

A relação comercial entre uma transportadora de gás e seus clientes, denominados carregadores, é regida por Contratos de Serviço de Transporte de Gás Natural (GTAs), regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Cada um dos GTAs refere-se a um conjunto de gasodutos do sistema de transporte da NTS. Desse modo, a somatória das capacidades contratuais corresponde a 158,2 milhões de m³ por dia, a qual equivale a capacidade efetiva de transporte no sistema de 79 milhões de m³ por dia do sistema.

Ao longo de 2019, não houve nenhum evento que alterasse a capacidade contratada nos GTAs celebrados pela Companhia.

Na tabela abaixo temos, por contrato, a capacidade de transporte contratada e a movimentação média por dia. O cômputo da movimentação do contrato Malha Sudeste II só considera volumes de gás natural efetivamente entregues nos Pontos de Entrega Duque de Caxias, UTE Baixada Fluminense e São Bernardo do Campo II.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Contrato	Capacidade contratada*	Movimentação Média*		Vencimento
		2019	2018	
Malha Sudeste	43,8	33,0	29,7	31/12/2025
Malha Sudeste II	49,4	2,8	3,0	14/10/2031
GASDUC III	40,0	19,1	16,1	11/11/2030
GASTAU	20,0	14,6	11,2	30/11/2031
Paulínia - Jacutinga	5,0	0,3	0,3	14/01/2030
Total	158,2			

*Milhões m³/dia

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os 5 (cinco) GTAs anteriormente descritos são responsáveis por gerar 100% da receita. A Receita Operacional Líquida ("ROL") do exercício social de 2019 foi de R\$ 4,4 bilhões, 9,0% superior a 2018 (R\$ 4,0 bilhões), em função do IGP-M acumulado em 2018, que impactou positivamente as tarifas vigentes em 2019. O aumento do volume médio transportado não impacta o faturamento, uma vez que os GTAs contam com cláusula de encargo de capacidade não utilizada (*Ship-or-Pay*), ou seja, condição contratual que garante ao transportador previsibilidade e estabilidade da receita, uma vez que a receita é calculada com base na capacidade de transporte contratada, independentemente do volume efetivamente movimentado.

Em milhares de Reais	2019	2018	Var.
Receita Operacional Líquida	4.406.215	4.040.892	9,0%

6.2. ENCARGOS SOBRE VENDAS

Em 2019, os Encargos sobre Vendas somaram R\$ 766 milhões ante R\$ 663 milhões em 2018, distribuídos no âmbito federal (PIS/COFINS) e nas esferas estadual e municipal (ICMS/ISS). O incremento deve-se ao aumento da receita citado no item 6.1.

6.3. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Em 2019, os Custos dos Serviços Prestados totalizaram R\$ 744 milhões, correspondendo a 16,9% da Receita Operacional Líquida. Em 2018, os Custos foram de R\$ 789 milhões, correspondentes a 19,5% da ROL. A redução entre os períodos deve-se principalmente variação na depreciação, uma vez que a NTS, a partir de 2019, passou a tomar os créditos de PIS/COFINS sobre a base de ativo fixo. A tabela a seguir demonstra o detalhamento dos Custos dos Serviços Prestados:



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Em milhares de Reais	2019	2018	Var.
Custo dos serviços prestados	(743.782)	(788.797)	-5,7%
Depreciação	(340.046)	(416.578)	-18,4%
Operação e Manutenção	(257.633)	(234.533)	9,8%
Serviços, Fretes e Encargos Gerais	(24.744)	(24.876)	-0,5%
Direito de Passagem	(55.185)	(52.586)	4,9%
Energia Elétrica	(19.276)	(17.861)	7,9%
Seguros	(13.551)	(13.554)	0,0%
ICMS do gás utilizado no sistema	(9.985)	(9.685)	3,1%
Suporte temporário TAG	--	(359)	-100,0%
Custos ambientais	(820)	(1.320)	-37,9%
Custos com pessoal	(10.741)	(11.763)	-8,7%
Outros custos	(11.801)	(5.682)	107,7%
% sobre a ROL	-16,9	-19,5	2,6 pp

6.4. LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto totalizou R\$ 3,7 bilhões no exercício de 2019, com expansão de 12,6% em relação a 2018, devido ao incremento da ROL em 9% e redução dos custos dos serviços prestados em 5,7%, equivalente a um aumento de 2,6 pontos percentuais na margem bruta em relação ao ano de 2018.

Em milhares de Reais	2019	2018	Var.
Lucro Bruto	3.662.433	3.252.095	12,6%
Margem Bruta %	83,1	80,5	2,6 pp

6.5. DESPESAS OPERACIONAIS

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 78 milhões em 2019, representando 1,8% da ROL, comparável com 1,2% apresentado em 2018, quando as Despesas Operacionais somaram R\$ 48 milhões.

O aumento das Despesas Operacionais deve-se principalmente à baixa de ativos referentes a projetos cancelados, desativados ou descontinuados no montante de R\$ 23,5 milhões, no terceiro trimestre de 2019, conforme aprovação em AGE realizada em 29 de agosto de 2019. Nenhum desses ativos compunham a base de ativos regulatórios da NTS.

A variação das Despesas Gerais e Administrativas entre os dois períodos é explicada basicamente pelos patrocínios para Orquestra Sinfônica Brasileira através da Lei Rouanet bem como para outros projetos apoiados por meio da Lei de Incentivo ao Esporte ou FIA, que foram R\$ 5,9 milhões superiores aos valores de 2018. Outro fator que explica o aumento das despesas entre períodos é o aumento das despesas com escritório,



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

parcialmente explicada pelo incremento nas contratações e maiores despesas com aluguel, na ordem de 6 milhões.

Excluindo-se o efeito das despesas com Patrocínio, uma vez que a totalidade desses recursos corresponde a destinações previstas nas leis de incentivo fiscal, as Despesas Gerais e Administrativas somaram aproximadamente R\$ 41 milhões, com aumento de R\$ 0,9 milhões ante ao período anterior, correspondente a um incremento de 2,2% comparado na mesma base.

O detalhamento destas despesas é demonstrado abaixo:

Em milhares de Reais	2019	2018	Var.
Despesas Operacionais	(78.081)	(47.825)	63,3%
Despesas gerais e administrativas	(54.588)	(47.825)	14,1%
Despesas com pessoal	(22.293)	(25.808)	-13,6%
Patrocínios	(13.929)	(8.030)	73,5%
Despesas com escritório e outras	(13.357)	(7.450)	79,3%
Outros	(5.009)	(6.537)	-23,4%
Baixa de ativos	(23.493)	--	--

6.6. LUCRO OPERACIONAL

Em 2019 o Lucro Operacional totalizou R\$ 3,6 bilhões, ou aproximadamente 81% da ROL, um incremento de 12% em relação ao Lucro Operacional em 2018, de R\$ 3,2 bilhões.

Em milhares de Reais	2019	2018	Var.
Lucro Operacional	3.584.352	3.204.270	11,9%
% sobre a ROL	81,3	79,3	2,1 pp

6.7. RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 282 milhões, principalmente devido aos juros da debênture. Em função do refinanciamento da Companhia em abril de 2018, a NTS passou a ter um custo de dívida materialmente inferior (informações no item 7.1), associado a uma taxa de juros (CDI) inferior em 2019 se comparado com 2018.

Em 2018 o Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 376 milhões, ainda impactado pelas despesas financeiras com juros da primeira emissão de debêntures durante o primeiro trimestre.

A NTS não possui exposição relevante à moeda estrangeira.



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Em milhares de Reais	2019	2018	Var.
Resultado Financeiro Líquido	(282.260)	(376.399)	-25,0%
Receitas financeiras	67.324	56.413	19,3%
Despesas financeiras	(349.584)	(432.812)	-19,2%

6.8. RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS

O Resultado antes dos Impostos teve aumento de aproximadamente R\$ 0,5 milhão, passando R\$ 3,3 bilhões, equivalente a 75% da ROL ante R\$ 2,8 bilhões em 2018, equivalente a 70% da ROL. Este resultado deriva da expansão do Lucro Operacional em aproximadamente 12% somado à redução das despesas financeiras líquidas em 25%.

Em milhares de Reais	2019	2018	Var.
Resultado antes dos Impostos	3.302.092	2.827.871	16,8%
% sobre a ROL	74,9	70,0	5,0 pp

6.9. IRPJ E CSLL

O montante de IRPJ/CSLL correntes e diferidos apurado no exercício de 2019 somou R\$ 1,1 bilhão, ante o total de R\$ 894 milhões em 2018, variação associada ao aumento expressivo do Resultado antes dos Impostos. A alíquota efetiva atingiu 32,8% comparada a 31,6% em 2018.

Em milhares de Reais	2019	2018	Var.
IR e contribuição social total	(1.084.573)	(894.363)	21,3%
% sobre resultado antes dos impostos	-32,8	-31,6	1,2 pp
IR e contribuição social correntes	(688.752)	(492.181)	39,9%
% sobre o resultado antes dos impostos	-20,9	-17,4	3,5 pp
IR e contribuição social diferidos	(395.821)	(402.182)	-1,6%
% sobre o resultado antes dos impostos	-12,0	-14,2	2,2 pp

6.10. LUCRO LÍQUIDO

Em 2019, o Lucro Líquido da NTS foi de R\$ 2,2 bilhões, equivalente a 50% da ROL e R\$ 284 milhões maior que o montante de R\$ 1,9 bilhão apurado em 2018.

Em milhares de Reais	2019	2018	Var.
Lucro líquido do exercício	2.217.519	1.933.508	14,7%
% sobre a ROL	50,3	47,8	2,5 pp



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

6.11. EBITDA

A NTS apresentou EBITDA de R\$ 3,9 bilhões em 2019, ante o montante de R\$ 3,6 bilhões em 2018. A margem manteve-se estável, 89,1% vs. 89,6% em 2018, demonstrando a estabilidade na geração de caixa operacional e capacidade de gestão de custos no período.

Reconciliação EBITDA (Em milhares de Reais)	2019	2018	Var.
Lucro Líquido	2.217.519	1.933.508	14,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.084.573	894.363	21,3%
Resultado Financeiro	282.260	376.399	-25,0%
Depreciação e Amortização	340.046	416.578	-18,4%
EBITDA	3.924.398	3.620.848	8,4%
Margem EBITDA %	89,1	89,6	- 0,5 pp

6.12. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

O Ativo Imobilizado registrou o montante de R\$ 8,3 bilhões em 31/12/2019, comparável a R\$ 8,6 bilhões em 31/12/2018. A redução do saldo entre períodos deve-se basicamente a depreciação do período e à baixa de ativos no montante de R\$ 23 milhões, explicada no item 6.5.

O endividamento bruto fechou o exercício social de 2019 no patamar de R\$ 5,2 bilhões, em linha com 2018. Já o endividamento líquido recuou de R\$ 4,9 bilhões em 31/12/2018 para R\$ 4,4 bilhões em 31/12/2019. A melhora na posição de caixa pode ser explicada pela alteração do recolhimento mensal de IR/CSLL com base no regime de apuração real para regime de estimativa (alteração implantada no quarto trimestre de 2018), com compensação das diferenças de apuração entre os dois regimes ocorrendo em janeiro, levando a um maior acúmulo de caixa pela Companhia ao longo deste ano.

Endividamento (Em milhares de Reais)	31/12/2019	31/12/2018	Var. %
Dívida Bruta	5.241.123	5.253.165	-0,2%
Caixa	795.974	362.083	119,8%
Dívida Líquida	4.445.149	4.891.082	-9,1%

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

7.1 DEBÊNTURES DE PRÓPRIA EMISSÃO

Em 20 de abril de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, objeto de oferta pública de distribuição com esforços



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 2009, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Segunda Emissão de Debêntures”).

Em 15 de maio 2018, foram integralizadas 520.000 debêntures com valor nominal de R\$ 10.000,00 e as seguintes características:

- Data de emissão: 25 de abril de 2018
- Prazo de vigência: 60 (sessenta) meses, sendo o vencimento em 25 de abril de 2023
- Amortização: no vencimento, em 25 de abril de 2023
- Remuneração: 109% da variação acumulada da Taxa CDI
- Pagamento de juros: semestralmente, em abril e outubro
- Sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática

Em 15 de maio de 2018, a Companhia realizou o resgate antecipado da Primeira Emissão de Debêntures, ocorrida em 2017, com recursos captados através da Segunda Emissão de Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que estabelecem índices financeiros a serem cumpridos trimestralmente: (i) Dívida Financeira Líquida/EBITDA deverá ser $\leq 3,0x$ e (ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida $\geq 1,5x$. No encerramento do exercício de 2019, a Companhia apurou ambos os índices e estava em conformidade com as cláusulas restritivas.

Em Janeiro de 2019, a NTS teve o *rating* nacional de longo prazo “AAA(bra)” corporativo e da segunda emissão de debêntures afirmado pela Fitch Ratings, com perspectiva Estável. O *rating* foi reafirmado em janeiro de 2020.

7.2 POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram distribuídos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia, conforme descrito no item 2.1.

7.3. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Em 2019, a distribuição do valor adicionado somou R\$ 4,5 bilhões, 12,6% superior a 2018, sendo 49,4% deste valor direcionados para a remuneração do capital próprio (na forma de dividendos e juros sobre capital próprio), 41,5% para impostos, 8,3% para remuneração de capital de terceiros e 0,8% para pessoal.

7.4. EVENTOS SUBSEQUENTES A 31/12/2019

Em 18 de fevereiro de 2020, a NTS e a Exterran Serviços de Óleo e Gás Ltda., celebraram contrato de compra e venda para aquisição dos ativos correspondentes a



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

estação de compressão de Mantiqueira, no valor de R\$ 46,1 milhões, liquidado no dia 21 de fevereiro de 2020.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2020, foi aprovado por unanimidade e sem ressalvas, distribuição intercalar de dividendos e Juros Sobre Capital Próprio pela Companhia no valor de R\$ 248 milhões, com base em parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme mencionado no item 2.1. A Administração planeja executar a distribuição dos dividendos e Juros Sobre Capital Próprio no primeiro trimestre de 2020.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Nova Transportadora do Sudeste S.A. ("NTS" ou "Companhia") foi constituída em 15 de janeiro de 2002, tendo como objetivo a construção, instalação, operação e manutenção de gasodutos na região sudeste do Brasil, contemplando malha de gasodutos que se estendem entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Visando ao atendimento de seu objetivo, em 1º de julho de 2003, foram celebrados contratos para constituição e operação do Consórcio Malhas Sudeste Nordeste - "Consórcio Malhas", composto pela (i) Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS, (ii) a Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN (que deteriam a propriedade de determinados gasodutos a serem construídos com recursos oriundos de financiamentos de projetos), bem como pela (iii) Transportadora do Nordeste Sudeste S.A. - TNS (posteriormente incorporada pela Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, empresa líder do consórcio controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que entraria com ativos já existentes) e pela (iv) Petrobras Transportes S.A. - Transpetro.

Em 1º de janeiro de 2006, foram iniciadas as operações do Consórcio Malhas, após a Declaração da Data do Início da Operação Comercial ("DIOC").

Até 15 de dezembro de 2014 os acionistas da NTS eram: Mitsui (35%), Itochu (25%), Mitsubishi (25%) e Tokyo Gas (15%). Na referida data, a TAG, subsidiária da Petrobras, exerceu o direito da compra da totalidade das ações da NTS, passando a ser sua controladora direta.

A Companhia possui um segmento operacional único, referente ao transporte de gás natural.

1.1. Registro como emissor categoria B de valores mobiliários na CVM

Em 18 de abril de 2019, a Companhia obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o registro de emissor de valores mobiliários categoria B.

2. Reestruturação societária

Em 21 de outubro de 2016, teve início uma reestruturação societária na NTS. Por meio de uma Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da NTS, foram aprovados: (i) o aporte de capital com o acervo líquido formado por ativos e passivos da TAG, avaliados a valor contábil com data-base de 31 de agosto de 2016, (ii) a transferência das respectivas autorizações de operação emitidas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP para a NTS; e (iii) a cessão dos respectivos contratos de transporte de gás natural (GTAs) relacionados aos ativos aportados.

O acervo líquido da NTS, no valor de R\$2.308.843, era composto por ativos na região Sudeste do Brasil (R\$8.050.238) e dívida (R\$5.741.395) representada pelas Notas Promissórias emitidas pela NTS em favor da Petrobras Global Trading (PGT).

Notas Explicativas

Ainda em 21 de outubro de 2016, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da TAG aprovando a redução de seu capital social, mediante a transferência da totalidade de suas ações na NTS para a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 24 de outubro de 2016, a ANP emitiu autorizações de operações provisórias em nome da NTS com relação a todos os seus gasodutos, passando a Petrobras a controlar diretamente a NTS.

Nessa mesma data, foram celebrados aditamentos aos contratos de formação e operação do Consórcio Malhas de modo a excluir a NTS do referido Consórcio.

Em 25 de outubro de 2016, como consequência da reestruturação societária conduzida pela Petrobras e TAG, bem como do aporte líquido de ativos da TAG na NTS, certos contratos foram cedidos pela TAG para a NTS, dentre os quais se destacam os seguintes:

- (a) Contrato de Serviço de Transporte Malhas Sudeste, com extensão de 1.274,67 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 43,8 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2025. Os seguintes gasodutos fazem parte deste contrato: RECAP-RPCB (GASAN), Campinas-Rio (GASCAR), ESVOL-RECAP (GASPAL), REDUC-ESVOL (GASVOL), Rio de Janeiro-Belo Horizonte (GASBEL), Ramal de Campos Elíseos (16 polegadas);
- (b) Contrato de Serviço de Transporte Malhas Sudeste II, com extensão de 405 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 49,4 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até outubro de 2031. Os seguintes gasodutos fazem parte deste contrato: Japeri-REDUC (GASJAP), RECAP-RPBC (GASAN II) Guararema-Mauá (GASPAL II), Rio de Janeiro-Belo Horizonte II (GASBEL II);

2. Reestruturação societária--Continuação

- (c) Contrato de Serviço de Transporte Paulínia-Jacutinga (GASPAJ), com extensão de 93 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 5,0 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até janeiro de 2030;
- (d) Contrato de Serviço de Transporte Cabiúnas-REDUC (GASDUC III), com extensão de 180 km, para transporte diário de gás, com volume contrato de 40 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2030; e
- (e) Contrato de Serviço de Transporte GASTAU para transporte diário de gás, com volume contrato de 20 m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2031.

A Petrobras é o carregador da NTS nos contratos de serviço de transporte em vigor, sendo a operação e manutenção da malha de gasodutos da NTS realizada com suporte e apoio técnico da Petrobrás Transportes S.A. - Transpetro.

Ainda em razão da reorganização realizada e de seus reflexos em relação ao Consórcio Malhas Sudeste, especificamente no que se refere à alteração da natureza dos contratos que regiam sua formação e operação, em 24 de outubro de 2016, foi realizada reavaliação, de acordo com as

Notas Explicativas

práticas contábeis adotadas no Brasil conforme disposto no ICPC 03, dos contratos vigentes entre NTS e Petrobras, já que as características de arrendamento mercantil foram substituídas pelo formato de prestação de serviços.

2.1. Alienação do Controle da NTS

Em setembro de 2016 a Petrobras anunciou ao mercado a operação de venda de 90% das ações por ela detidas na NTS para o Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("FIP"), gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., entidade afiliada à Brookfield Asset Management.

Em 4 de abril de 2017, a operação de venda da NTS foi concluída com a aquisição pelo FIP de 90% das ações da NTS e com a subsequente venda pelo FIP, na mesma data, de 7,65% das suas ações na NTS para a ITAÚSA (Itaú Investimentos S.A.).

Dessa forma, a composição acionária atual da Companhia é a seguinte: FIP detentor de 82,35% das ações, Petrobras detentora de 10% das ações e ITAÚSA detentora de 7,65% das ações.

Em 24 de outubro de 2017, a ANP emitiu autorizações de operação definitivas em nome da NTS com relação a todos os seus gasodutos.

3. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contida na Lei das Sociedades por Ações, e incorporadas as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Março de 2020.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da NTS é o Real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

4. Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente ao longo dos exercícios apresentados.

Notas Explicativas

4.1. Instrumentos financeiros

I) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes, classificados como custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento.

Mensuração subsequente

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

4. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

4.1. Instrumentos financeiros--Continuação

I) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)--Continuação

Notas Explicativas

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

II) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida

4. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

4.1. Instrumentos financeiros--Continuação

remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

II) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a

Notas Explicativas

Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos e passivos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

4. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

4.1. Instrumentos financeiros--Continuação

III) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e debêntures e financiamentos, mensurados ao custo amortizado. A Companhia não possui passivos financeiros classificados como a valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

4. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

4.1. Instrumentos financeiros--Continuação

IV) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Estes saldos incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1.2. Contas a receber

São inicialmente contabilizados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso de método de taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em crédito de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorrem após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas.

4.1.3. Debêntures e financiamentos

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se da taxa de juros efetiva.

4.2. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução do valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Notas Explicativas

4. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

4.2. Imobilizado--Continuação

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado, custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo, se os critérios de reconhecimento forem atendidos, e custos socioambientais relacionados à construção da malha de gasodutos com correspondente constituição de provisão no passivo da Companhia em linha com os requerimentos exigidos pelo ICPC 12.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.3. Redução ao valor recuperável dos ativos - impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado quando existem indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Na existência de indicativos de recuperação do valor contábil, a Companhia tem como política a contratação de avaliadores independentes que, através de laudos de avaliação com base em valores justos e de mercado, determina-se a necessidade da constituição de provisão ou não.

4.4. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos, incluindo benefícios econômicos, será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

4. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

4.4. Provisões, ativos e passivos contingentes--Continuação

Os passivos contingentes, quando a probabilidade de saída de recursos seja possível, não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.5. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos.

1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço e gera receita tributável.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos.

2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com plano de negócios aprovado pela Administração da Companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do exercício que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos.

Notas Explicativas

4. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

4.6. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

4.7. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida após a prestação do serviço de transporte de gás natural para a Petrobras (transferência do controle do ativo), com base nos contratos de transporte, que inclui cláusulas de “ship or pay”, na qual a Petrobras (carregadora) se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado, por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os serviços antes de transferi-los para o cliente.

A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação para a prestação dos serviços, a Companhia considera a existência de contraprestação variável, componentes de financiamento significativos, contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver). Os custos operacionais incluem os dispêndios com o contrato de operação e manutenção da malha de gasodutos da Companhia, realizado pela Transpetro, os custos com a operação terceirizada dos Sistemas de Compressão (SCOMPs) Congonhas e Mantiqueira, a energia elétrica com a estação de compressão (ECOMP) Guararema, direito de servidão/passagem por pontos da malha que passam sob trechos de propriedades da Petrobras, custos com prêmios de seguros, ICMS sobre o gás fornecido pela Petrobras, de forma gratuita, para utilização na operação do sistema, depreciação da malha e outros custos.

As despesas gerais e administrativas incluem gastos com folha de pagamento, consultorias e demais serviços contratados, além de gastos com a gestão e manutenção do escritório e impostos e taxas.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre as debêntures, além das apropriações de variações cambiais.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Notas Explicativas

4. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

4.8. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações a valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados a valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Notas Explicativas

4. Sumário das principais políticas contábeis--Continuação

4.9. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, uma vez que os considera custos de obtenção de recursos financeiros associados às suas operações, conforme permitido pelas normas contábeis vigentes.

4.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas periodicamente ao longo do ano.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Notas Explicativas

5. Estimativas e julgamentos relevantes--Continuação

5.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na Nota Explicativa nº 22.

5.2. Estimativas relacionadas a compensações e condicionantes ambientais

A Companhia possui passivos registrados em relação a compensações e condicionantes ambientais exigidas pelos órgãos de controle, monitoramento e fiscalização de meio ambiente, nas esferas federal e estadual, em decorrência da emissão de licenças prévias de instalação e operação dos empreendimentos e construção da malha de gasodutos da Companhia. Os valores registrados refletem os desembolsos financeiros prováveis que a Companhia deverá incorrer em atendimento às obrigações.

Informações sobre os passivos registrados são apresentados nas Notas Explicativas nºs 16.1 e 16.2.

6. Novas normas e interpretações

6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IFRIC 23 / ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	A interpretação técnica ICPC 22 esclarece como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e mensuração previstos no CPC 32, que trata de tributos sobre o lucro, quando existe incerteza relativa ao tratamento desses tributos. A Companhia aderiu à norma a partir do início de sua vigência em 1º de janeiro de 2019. No entanto, com base no entendimento da Administração, não há impacto material na contabilização decorrente de posições incertas relativas a tributos sobre o lucro em razão da adoção deste novo pronunciamento contábil.	1º de janeiro de 2019

Notas Explicativas

CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamentos Mercantis"	O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para exercício anual iniciado a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). A Companhia elaborou uma análise dos contratos existente e que possuíam algum indicativo de arrendamento, com base nos princípios e características da nova norma, e concluiu que a aplicação da referida norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não produziu efeitos sobre os saldos contábeis reconhecidos no balanço patrimonial, na demonstração no resultado e do resultado abrangente.	1º de janeiro de 2019
--	--	-----------------------

7. Caixa e equivalente de caixa

Notas Explicativas

	2019	2018
Caixa e Bancos	614	22
Aplicações financeiras de curto prazo	795.360	362.061
	795.974	362.083

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A remuneração atual das aplicações financeiras da Companhia é equivalente a aproximadamente 100% do CDI. Os investimentos da Companhia foram alocados em CDBs com remuneração associada ao CDI.

8. Contas a receber

	2019	2018
Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás	861.142	804.273
	861.142	804.273

Os recebíveis da Companhia decorrem dos Contratos de Transporte de Gás (GTAs) firmado com a Petrobras. Não há qualquer montante a receber vencido em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A Companhia não registrou qualquer provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tendo em vista a ausência de perda esperada, a inexistência de histórico de faturas vencidas nestas datas bases e o Contrato de Administração de Contas Vinculadas entre a Petrobras e o Banco Bradesco S.A., descrito em detalhes na nota 23.c). Tal instrumento assegura que os recebíveis da Petrobras, oriundos dos Contratos de Compra e Venda de Gás na qual ela atua como vendedora, garantam cobertura de no mínimo 120% do valor esperado dos faturamentos mensais da Companhia

9. Outras contas a receber

O saldo de R\$76.793 em 31 de dezembro de 2019 se refere a: i) gastos efetuados pela Companhia no escopo das atividades Gerenciamento e Remediação de trincas por Corrosão Sob Tensão (SCC) no montante de R\$ 74.566 (R\$ 17.851 em dezembro de 2018); e ii) Classe de

9. Outras contas a receber—Continuação

Locação no montante de R\$ 2.227. Tais valores que deverão ser reembolsados pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ao longo de 2020, como parte das obrigações remanescentes acordadas entre compradora e vendedora para a alienação da Companhia, conforme descrito na nota 2.1. O referido saldo não está sendo atualizado monetariamente.

Notas Explicativas**10. Depósitos vinculados**

O saldo de R\$15.096 em 31 de dezembro de 2019 (R\$14.595 em 31 de dezembro de 2018), se refere às contas poupança mantidas junto ao Banco do Brasil para fazer face a compensações ambientais relacionadas à construção dos gasodutos GASAN II, GASPAL II e da ECOMP de Guararema no Estado de São Paulo, e que serão utilizados conforme solicitação de órgãos ambientais. Tais depósitos devem permanecer vinculados em conta poupança e seguem os dispositivos da Lei Federal nº 9.985/2000, que constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

11. Imobilizado

Descrição	31/12/2018	Movimentação em 2019				31/12/2019
		Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Obras em andamento	78.676	103.996	-	(71.637)	-	111.035
Benfeitoria em bens de terceiros	4.217	381	-	(40)	(478)	4.079
Condicionantes ambientais	123.361	-	-	-	(5.251)	118.110
Equipamentos e outros bens	8.401.176	5.221	(23.493)	71.677	(425.733)	8.028.848
	8.607.430	109.598	(23.493)	-	(431.462)	8.262.072

Descrição	31/12/2017	Movimentação em 2018				31/12/2018
		Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Obras em andamento	18.338	69.834	-	(9.496)	-	78.676
Edificações e benfeitorias	6.246	-	-	(6.190)	(56)	-
Benfeitoria em bens de terceiros	4.650	342	-	(319)	(456)	4.217
Condicionantes ambientais	75.051	24.777	-	27.978	(4.445)	123.361
Equipamentos e outros bens	8.820.204	4.660	-	(11.973)	(411.715)	8.401.176
	8.924.489	99.613	-	-	(416.672)	8.607.430

11. Imobilizado—Continuação

O saldo de obras em andamento é formado por custos com construção, manutenção e reparo dos dutos (desde que relacionados a substituição de peças e equipamento ou em atendimento a exigências regulatórias que aumentem a vida útil do ativo), estações/serviços de compressão, pontos de entrega, com o Plano de Gerenciamento de Correção de Stress por Corrosão ou Fissura de Gasodutos (SCC) e reparação do túnel do gasoduto GASDUC III.

Notas Explicativas

No terceiro trimestre de 2019, foi realizada a baixa de ativos referentes a projetos cancelados, desativados ou descontinuados no montante de R\$ 23,5 milhões, conforme aprovação em AGE realizada em 29 de agosto de 2019.

Custos de empréstimo capitalizados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve capitalização de juros de financiamentos para projetos de construção no imobilizado da Companhia.

Vida útil atribuída aos ativos

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Edificações e benfeitorias – de 16 a 30 anos
Benfeitorias em bens de terceiros – 10 a 30 anos
Gasodutos, equipamentos e outros itens – até 30 anos
Condicionantes ambientais – até 30 anos

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A malha de gasodutos da NTS é composta pelos seguintes trechos:

GASTAU

O Gasoduto Caraguatatuba-Taubaté (GASTAU), com 98 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, interliga a Unidade de Processamento de Gás Natural Monteiro Lobato (UTGCA), em Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, à Taubaté, cidade do Médio Paraíba, ao Gasoduto Campinas Rio e ao restante da malha Sudeste.

GASDUC III

O Gasoduto Cabiúnas-REDUC (GASDUC III), com 180 km de extensão e 38 polegadas de diâmetro, é o maior diâmetro da América do Sul e tem a maior capacidade de transporte (40 milhões m³/dia) entre os gasodutos brasileiros.

GASPAJ

O Gasoduto Paulínia-Jacutinga (GASPAJ), com 93 km de extensão e 14 polegadas de diâmetro, tem por objetivo atender à demanda de gás natural da região Sul do estado de Minas Gerais.

11. Imobilizado—Continuação

O gasoduto tem origem na cidade de Paulínia/SP, onde se interligam os gasodutos Paulínia-Jacutinga, Campinas-Rio (GASCAR), REPLAN-Guararema do Gasoduto Bolívia Brasil (GASBOL), bem como o Ponto de Entrega REPLAN.

MAHAS SUDESTE

A Malha Sudeste é composta por cinco gasodutos e dois ramais:

GASAN

Notas Explicativas

O Gasoduto RECAP-RPBC (GASAN), com 41,6 km de extensão e 12 polegadas de diâmetro interliga o município de Capuava/SP ao município de Cubatão/SP.

GASCAR

O Gasoduto Campinas-Rio (GASCAR), com 453 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, tem por objetivo aumentar a capacidade de escoamento de gás boliviano para o Rio de Janeiro. O gasoduto se inicia na Refinaria do Planalto (REPLAN), na cidade de Paulínia/SP, estendendo-se até o município de Japeri/RJ, onde se interliga aos gasodutos GASVOL e GASJAP, ambos no estado do Rio de Janeiro.

GASPAL

O Gasoduto ESVOL-RECAP (GASPAL), com 325,5 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Piraí/RJ e termina no município de Mauá/SP.

GASVOL

O Gasoduto REDUC-ESVOL (GASVOL), com 95 km de extensão e 18 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Duque de Caxias/RJ e termina no município de Volta Redonda/RJ, possuindo, ainda, um ramal de 5,5 km de extensão dentro do município de Volta Redonda/RJ.

GASBEL I

O Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte I (GASBEL I), com 357 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Duque de Caxias/RJ e termina na Refinaria Gabriel Passos, na cidade de Betim/MG.

Ramal de Campos Elíseos 16"

O Ramal de Campos Elíseos, com 2,7 km de extensão e 16 polegadas de diâmetro, localiza-se no município de Duque de Caxias/RJ.

MALHAS SUDESTE II

A Malha Sudeste II é composta pelos seguintes gasodutos:

11. Imobilizado—Continuação

GASJAP

O Gasoduto JAPERI-REDUC (GASJAP), com 45 km de extensão e 28 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Japeri/RJ e termina no município de Duque de Caxias/RJ, interligando o Hub de Caxias ao Gasoduto Campinas-RIO (GASCAR). O Gasoduto possui uma Estação de Compressão em Campos Elíseos.

GASAN II

Notas Explicativas

O Gasoduto RECAP-RPBC (GASAN II), com 39 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Mauá/SP e termina no município de São Bernardo do Campo, permitindo a ampliação, em conjunto com o GASPAL II, da capacidade de transporte de gás natural do sistema Guararema-RPBC.

GASPAL II

O Gasoduto Guararema-Mauá (GASPAL II), com 54 km de extensão e 22 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Guararema/SP e termina no município de Mauá, permitindo a ampliação, em conjunto com o GASAN II, da capacidade de transporte de gás natural do sistema Guararema-RPBC.

GASBEL II

O Gasoduto Rio de Janeiro-Belo Horizonte II (GASBEL II), com 267 km de extensão e 18 polegadas de diâmetro, inicia-se no município de Volta Redonda/RJ e termina no município de Queluzito/MG, ampliou a oferta de gás natural para o estado de Minas Gerais, principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte e no Vale do Aço.

Redução ao valor recuperável de ativos

A administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de seus ativos para avaliar se há indicativos prévios de deterioração ou perda de valor recuperável. Não foram identificados indicativos de impairment do ativo imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Notas Explicativas**12. Fornecedores**

Fornecedores	2019	2018
Petróleo Brasileiro S.A - Petrobrás	162.538	100.052
Petróleo Transportes S.A - Transpetro	39.130	24.181
Solar Turbines Internati	6.402	-
Tokio Marine Seguradora	4.506	-
Intech Engenharia Ltda	1.980	1.740
Chubb Seguros Brasil S.A	1.635	6.116
Schneider	1.613	-
Rosenbra Engenharia Brasil Ltda	1.878	3.446
Enerflex/Geogás	1.314	1.102
EGD Engenharia Ltda.	1.022	-
Exterran	933	944
AIG Seguros Brasil	890	828
XL Seguros Brasil	512	512
Alfredo A Possebon Filho & cia Ltda	-	3.061
Mckinsey & Companyinc do Brasil consult	-	2.329
Construtora Biapo Ltda	-	767
Gascat Industria e Comercio	-	522
Transportadora Associada de Gás	-	114
Consultores e outros serviços contratados	11.235	3.100
Demais Fornecedores	20.883	6.084
	256.471	154.898

13. Debêntures a pagar

	Taxa de Juros	Vencimento	2019	2018
Circulante				
Encargos - debêntures 2ª	109% CDI	2023	47.775	61.756
Custos de captação	-	-	(1.947)	(1.945)
Total circulante			45.828	59.811
Não circulante				
Principal - debêntures 2ª e	109% CDI	2023	5.200.000	5.200.000
Custos de captação	-	-	(4.705)	(6.646)
Total não circulante			5.195.295	5.193.354
Total			5.241.123	5.253.165

13. Debêntures a pagar—Continuação

Notas Explicativas

Em 20 de abril de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a Segunda Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476 e das demais disposições legais e regulamentares, no valor total de R\$ 5.200.000 e com valor nominal unitário de R\$10.000,00.

A Segunda Emissão Debêntures foi objeto de garantia firme pelo Banco Itaú BBA S.A, BB – Banco de Investimento S.A e Banco Bradesco BBI S.A.

Em 25 de abril 2018 as debêntures foram emitidas pelo valor aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2018 e integralizadas em 15 de maio de 2018. As debêntures têm juros remuneratórios de 109,00% da variação acumulada da Taxa CDI, pagamentos de juros semestrais em abril e outubro, não possuem amortizações intermediárias e têm vencimento em 25 de abril de 2023, sem cláusulas de repactuação da dívida ou renovação automática.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que impõem à Companhia o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente:

- (a) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA, deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes; ou
 - (b) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida, que deverá ser igual ou superior a 1,5 vez;
- No fechamento das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou ambos os índices e concluiu que as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas.

Escala de pagamentos e amortização de custos de captação

Ano	Principal	Custo de captação
2020	-	1.947
2021	-	1.947
2022	-	1.947
2023	5.200.000	811
Total	5.200.000	6.652

14. Transações com partes relacionadas

- a) Operações entre entidades jurídicas

Notas Explicativas

	FIP	Petrobrás	ITAUSA	Transpetro	TAG	2019
Resultado						
Receita de serviços prestados	-	5.172.155	-	-	-	5.172.155
Custo com operação e manutenção dos gasodutos	-	-	-	(257.633)	-	(257.633)
Outros custos operacionais	-	(55.185)	-	-	-	(55.185)
	-	5.116.970	-	(257.633)	-	4.859.337
Ativo						
Contas a receber	-	861.142	-	-	-	861.142
Outros contas a receber	-	76.793	-	-	-	76.793
	-	937.935	-	-	-	937.935
Passivo						
Fornecedores	-	(162.538)	-	(39.130)	195	(201.473)
	-	(162.538)	-	(39.130)	195	(201.473)

	FIP	Petrobrás	ITAUSA	Transpetro	Transportadora Associada de Gás	2018
Resultado						
Receita de serviços prestados	-	4.703.529	-	-	-	4.703.529
Custo com operação e manutenção dos gasodutos	-	-	-	(234.533)	-	(234.533)
Outros custos operacionais	-	(52.586)	-	-	(1.555)	(54.141)
Despesas financeiras líquidas	(181.492)	(4.965)	(16.860)	-	-	(203.316)
	(181.492)	4.645.978	(16.860)	(234.533)	(1.555)	4.211.539
Ativo						
Contas a receber	-	804.273	-	-	-	804.273
Outros contas a receber	-	17.851	-	-	-	17.851
	-	822.124	-	-	-	822.124
Passivo						
Fornecedores	-	(100.052)	-	(24.181)	-	(124.233)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(14.009)	(1.446)	(1.106)	-	-	(16.561)
	(14.009)	(101.498)	(1.106)	(24.181)	-	(140.794)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia efetuou operações com acionistas e outras partes relacionadas, conforme descrito a seguir:

- I) Nova Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – FIP – Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as transações efetuadas com o FIP se referem à quantidade pertencente ao FIP em relação ao montante total das debêntures de primeira emissão da Companhia, assim como à remuneração atribuída à referida quantidade de debêntures detidas pela parte relacionada. Conforme descrito na nota 10, em 15 de maio de 2018 a Companhia realizou o resgate antecipado de suas Debêntures emitidas nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão de NTS”.
- II) Petrobras – Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as transações efetuadas com a Petrobras se referem aos faturamentos da Companhia vinculados aos Contratos de Transporte Firme de Gás Natural, cujo objeto é o transporte firme de gás natural, bem como aos recebíveis vencíveis em 2018 e 2019. As condições destes contratos são em bases específicas definidas entre as partes, o faturamento é feito até o 7º dia útil do mês posterior ao serviço

14. Transações com partes relacionadasa) Operações entre entidades jurídicas—Continuação

prestado e a data do vencimento será o dia 10 do segundo mês, também posterior ao serviço prestado. O pagamento deverá ser feito através de transferência bancária, em caso

Notas Explicativas

de atraso ou não pagamento, haverá (i) multa moratória de 2%, (ii) correção monetária calculada de acordo com o IGPM/FGV e (iii) juros moratórios simples (100% CDI), calculados desde o dia seguinte ao vencimento. Vale mencionar que as tarifas de transporte sofrem reajustes a cada doze meses aplicando-se o IGPM/FGV. Ainda em relação à Petrobras, a Companhia reconheceu em 2019 e 2018 provisões para pagamento pelo uso e compartilhamento de faixas dos gasodutos e pagamentos relativos à diferença entre a receita decorrente das tarifas de transporte previstas nos Contratos de Transporte Firme de Gás e a receita de tais contratos levada em consideração para fins da operação de venda da NTS.

- III) ITAUSA – Em 31 de dezembro de 2018, as transações efetuadas com a ITAUSA se referem à quantidade pertencentes à ITAUSA em relação ao montante total das debêntures de primeira emissão da Companhia, assim como à remuneração atribuída à referida quantidade de debêntures detidas pela parte relacionada. A transação adicional corresponde a juros sobre capital próprio a pagar à ITAUSA na condição de acionista da Companhia. Conforme descrito na nota 10, em 15 de maio de 2018 a Companhia realizou o resgate antecipado de suas Debêntures emitidas nos termos do “Instrumento Particular de Escritura de Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão de NTS”.
- IV) Transpetro – Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a transação com a Transpetro se refere aos serviços de operação e manutenção da malha de gasodutos e demais instalações operacionais da Companhia, no âmbito do Contrato de Serviço de Apoio Técnico ao Transporte de Gás firmado entre as partes. As condições destes contratos são em bases específicas definidas entre as partes, os pagamentos acontecerão mensalmente até 30 dias contados da data de prestação do serviço, em caso de atraso, multas de 4% ao mês sobre o montante faturado. Vale mencionar que o reajuste de preço ocorre a cada 12 meses, e possuem como base de reajuste o IGPM e IPCA. A parcela registrada no passivo decorre das obrigações de pagamentos vencíveis em 2019, devidas pela Companhia à Transpetro pelos serviços executados.
- V) Transportadora Associada de Gás - TAG – Em 30 de junho de 2018, a Companhia registrou despesas com a parte relacionada decorrente do contrato para prestação de serviços de gerenciamento e assessoria relacionados à atividade de transporte de gás natural. Esta operação foi contratada em bases específicas definidas entre as partes. As medições dos serviços prestados e consequentemente o faturamento ocorrem mensalmente e os pagamentos ocorreram através de boleto de cobrança cujo vencimento se dará até 30 dias da data de medição. Os preços são ajustados anualmente com base no IGPM. O contrato com a parte relacionada foi encerrado no 1º trimestre de 2018.

b) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da administração, representado por seus diretores estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Honorários da administração	6.458	11.016
Benefícios de curto prazo	3.851	1.002
	10.309	12.018

15. Tributos**15.1. Tributos correntes**

	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	2	-	-	-	(290.229)	(77.225)
Contribuição social	1	-	-	-	(124.720)	(34.813)
PIS/COFINS (a)	-	-	8.622	8.411	(30.025)	(31.832)
ICMS	-	-	-	-	(17.111)	(18.550)
ISS	-	-	-	-	(3.896)	(1.964)
IRRF	-	98	-	-	(1.360)	(1.081)
Outros	-	-	-	-	(2.316)	(2.146)
	3	98	8.622	8.411	(469.657)	(167.611)

a) Os saldos registrados no ativo não circulante se referem a créditos de PIS e COFINS, que foram objeto de pedidos de restituição à Receita Federal do Brasil e aguardam homologação. Eles são apresentados no longo prazo tendo em vista a ausência de fatos presentes que indiquem o recebimento destes recursos ao longo dos próximos 12 meses.

15. Tributos—Continuação**15.2. Tributos diferidos**a) Composição do imposto de renda e da contribuição social

Notas Explicativas

	Base em 31/12/2019	Saldo do IR e CSLL diferido a 34%	Base em 31/12/2018	Saldo do IR e CSLL diferido a 34%
Imposto diferido ativo				
Provisão para contingências e outras	16.226	5.517	13.059	4.440
Provisão – gastos com compensação ambiental	31.543	10.725	32.014	10.885
Provisão para bônus	17.117	5.820	12.101	4.114
Outros	-	-	2.116	719
		22.062		20.158
Imposto diferido passivo				
Imobilizado – Diferença taxa de depreciação societária x fiscal	(3.944.394)	(1.341.094)	(2.772.536)	(942.662)
Depósito não transitado em julgado	-	-	(2.084)	(708)
		(1.341.094)		(943.370)
Saldo de imposto diferido líquido		(1.319.032)		(923.212)

Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados não prescrevem de acordo com a legislação vigente.

Os valores de impostos diferidos passivos sobre o imobilizado se referem à depreciação fiscal da malha de gasodutos e demais instalações da Companhia.

	2020	2021	2022	Total
Recuperabilidade do imposto diferido ativo	5.363	11.183	5.516	22.062

15. Tributos—Continuação**15.3. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social**

Notas Explicativas

	2019	2018
Lucro antes dos impostos	3.302.092	2.827.871
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal (34%)	(1.122.711)	(961.476)
	2.179.381	1.866.395
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
(Exclusões)/Adições permanentes líquidas	(70.395)	(177.893)
(Exclusões)/Adições temporárias líquidas	(1.164.180)	(1.177.420)
Adições temporárias	30.655	26.940
(+) Provisão bônus	12.038	13.075
(+) Provisão ambiental	2.776	9.184
(+) Outros	15.841	4.681
(Exclusões) temporárias	(1.194.835)	(1.204.360)
(-) Depreciação fiscal x societária	(1.171.858)	(1.185.736)
(-) Bonus	(7.023)	(8.097)
(-) Provisão ambiental	(13.754)	(9.258)
(-) Outros	(2.200)	(1.269)
Base para cálculo de imposto de renda e contribuição social ajustada	2.067.517	1.472.558
Imposto de renda e contribuição social	(702.666)	(500.185)
Desconto de doações efetuadas (Lei Rouanet)	13.914	8.004
Imposto de renda e contribuição social correntes	(688.752)	(492.181)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(395.821)	(402.182)
	(1.084.573)	(894.363)
Alíquota efetiva de IR e CS	32,85%	31,63%

Notas Explicativas

16. Provisão para compensação ambiental e condicionantes ambientais

16.1 Provisão para compensação ambiental

Refere-se a valores provisionados, no valor de R\$ 31.543 (R\$ 29.849 em 31 de dezembro de 2018), com base na Lei Federal nº 9.985/2000, que constituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, que tem por objetivo garantir a preservação da natureza e o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e que serão dispendidos conforme deliberação da Fundação do Meio Ambiente - FATMA e o Ministério Público.

16.2 Provisão com condicionantes ambientais

O saldo registrado, no valor de R\$ 55.018 (R\$ 69.484 em 31 de dezembro de 2018), se refere a condicionantes ambientais exigidas pelos órgãos de controle, monitoramento e fiscalização de meio ambiente, nas esferas federal e estadual, em decorrência da emissão de licenças prévias de instalação e operação dos empreendimentos e construção da malha de gasodutos da Companhia, nos termos da Resolução 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

A Companhia trata os eventos relacionados a estas condicionantes de acordo com os princípios do ICPC12 – Mudança em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares - e reconhece no ativo imobilizado a parcela correspondente (mensuração inicial e remensuração futura). Os gastos executados em atendimento às condicionantes são abatidos do valor da provisão e o ativo imobilizado correspondente está sendo amortizado, pelo método linear, em função do término das autorizações de operação dos gasodutos as quais as condicionantes estão vinculadas.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de julho de 2019, estiveram presentes os acionistas da Companhia representando a maioria do capital social, que aprovaram por unanimidade e sem ressalvas a redução do capital social da Companhia no valor total de R\$ 624.329, por julga-lo excessivo, tendo o Conselho Fiscal se manifestado previamente de maneira favorável. Em 15 de setembro de 2019, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias da publicação da ata da referida assembleia sem que tenha havido oposição de credores, o capital social da Companhia foi reduzido de R\$ 1.618.630 para R\$994.301, com diminuição do valor nominal da ação de R\$ 0,70 (setenta centavos) para R\$ 0,43 (quarenta e três centavos) e mediante restituição de capital aos acionistas, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia.

Em função da redução de capital acima descrita, o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de 2.312.328.578 ações ordinárias,

17. Patrimônio líquido—Continuação

Notas Explicativas

todas nominativas e com valor nominal de R\$0,43 cada. Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia era de 2.312.328.578 ações ordinárias todas nominativas e com valor nominal de R\$0,70 cada. A Companhia não possui capital social autorizado.

17.2 Transações de capital

Refere-se às transações com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de desfazimento do *leasing* financeiro entre empresas do mesmo grupo econômico.

Em outubro de 2016, em função da reestruturação societária das empresas Transportadora Associada de Gás (TAG), Nova Transportadora do Nordeste (NTN) e da Companhia e o encerramento do Consórcio Malhas, o *Leasing* da Petrobras com a NTS foi revertido na data-base 25 de outubro de 2016, gerando um ganho de R\$1.360.199, registrado como transação de capital no patrimônio líquido.

17.3 Reservas de lucros

a) Reserva Legal

Constituída até o limite de 20% do capital social, mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva só poderá ser utilizada para a absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

A Companhia poderá se eximir de constituição desta reserva desde que esta alcance o limite de 20% do capital social, mencionado no parágrafo anterior, ou a soma de seu saldo e o da reserva de capital exceda 30% do capital social.

b) Dividendos intermediários

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a NTS distribuiu o total de R\$ 1.795.038 de dividendos antecipados (R\$1.509.177 em 31 de dezembro de 2018) e um total de R\$ 163.654 referente a juros sobre capital próprio (R\$216.889 em 31 de dezembro de 2018). Tanto o pagamento dos dividendos quanto os juros sobre capital próprio foram aprovados pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

c) Dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no valor de R\$248.003, com base no lucro líquido apurado no exercício de 2019 e em adição aos dividendos intermediários distribuídos aos acionistas em 2019. Os dividendos propostos serão mantidos na Reserva de Lucro até que sejam deliberados pelo Conselho de Administração e aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

17. Patrimônio líquido—Continuação

17.3 Reservas de lucros—Continuação

Notas Explicativas**c) Dividendo adicional proposto--Continuação**

Os quadros a seguir apresentam o cálculo dos dividendos propostos e a reconciliação do saldo registrado no passivo circulante a título de JCP a pagar.

	2019(*) (**)	2018(*)
Lucro líquido do exercício	2.217.519	1.933.508
(-) Dividendos intermediários no exercício	(1.795.038)	(1.509.177)
(-) JCP pagos no exercício	(163.654)	(216.889)
(-) JCP a pagar	(10.824)	(17.010)
(=) Lucro base para determinação do dividendo	248.003	190.432
Dividendos obrigatórios	-	-
Dividendos adicionais propostos	248.003	190.432

(*) A Administração optou por não constituir Reserva Legal sobre o lucro de 2019 e 2018, tendo em vista que os saldos de Reserva de Capital e Legal já registrados excedem em 41% do Capital Social subscrito e integralizado da Companhia. Esta decisão está respalda nos termos do parágrafo 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76.

(**) Em função das distribuições intermediárias de dividendos realizadas pela Sociedade aos seus acionistas em 2019, os dividendos propostos permanecerão registrados na Reserva de Lucros até deliberação do Conselho de Administração.

Reconciliação com o passivo circulante	2019	2018
JCP a pagar	10.833	17.010
IRRF sobre JCP	(287)	(449)
Saldo de JCP registrado no passivo	10.546	16.561

d) Dividendos Pagos

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 248.003. Este montante será pago no primeiro trimestre de 2020 juntamente com os dividendos intermediários de 2020, após a deliberação e aprovação do Conselho de Administração.

17. Patrimônio líquido—Continuação**17.3 Reservas de lucros—Continuação****e) Lucro por ação**

Notas Explicativas

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro Líquido do exercício (em milhares de Reais)	2.217.519	1.933.508
Total de ações emitidas	<u>2.312.328.578</u>	<u>2.312.328.578</u>
Lucro básico e diluído por ação em Reais	0,96	0,84

18. Receita Líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta de serviços	5.400.869	4.913.069
Encargos sobre serviços	(765.940)	(662.637)
Ajuste de Tarifa	<u>(228.714)</u>	<u>(209.540)</u>
	<u>4.406.215</u>	<u>4.040.892</u>

Notas Explicativas**19. Custo dos Serviços Prestados**

	2019	2018
Depreciação e Amortização	(340.046)	(416.578)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(24.744)	(24.876)
Operação e Manutenção	(257.633)	(234.533)
Direito de passagem	(55.185)	(52.586)
Energia elétrica	(19.276)	(17.861)
Seguros	(13.551)	(13.554)
ICMS do gás utilizado no sistema	(9.985)	(9.685)
Suporte temporário - TAG	-	(359)
Custos ambientais	(820)	(1.320)
Custos com pessoal	(10.741)	(11.763)
Outros Custos	(11.801)	(5.682)
	(743.782)	(788.797)

20. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Despesas com pessoal	(22.293)	(25.808)
Assessoria jurídica	(2.242)	(1.206)
Auditoria	(999)	(582)
Assessoria contábil	(1.657)	(1.492)
Consultoria	(1.914)	(1.974)
Patrocínios	(13.929)	(8.030)
Despesas com suporte temporário - TAG e Petrobrás	-	(1.196)
Despesas com escritório e Outras	(13.357)	(7.450)
Reversão de contingência	1.803	(86)
Outros	-	(1)
	(54.588)	(47.825)

Notas Explicativas**21. Resultado financeiro líquido**

	2019	2018
Receitas financeiras	60.723	48.426
Outras receitas financeiras	6.601	7.987
Total de Receitas financeiras	67.324	56.413
 Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(337.205)	(423.045)
Impostos sobre resultado financeiro	(3.350)	(2.608)
Multas e juros	(270)	(153)
Outras despesas financeiras	(8.759)	(7.006)
Total de despesas financeiras	(349.584)	(432.812)
 Resultado Financeiro Líquido	(282.260)	(376.399)

22. Processos judiciais e contingências**22.1 Processos judiciais provisionados**

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais possa ser feita uma estimativa confiável.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Trabalhista	Fiscal	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.685)	(5.540)	(8.225)
Baixa	-	1.808	1.808
Atualização monetária	(655)	736	81
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.340)	(2.996)	(6.336)

22. Processos judiciais e contingências--Continuação**22.2 Depósitos judiciais--Continuação**

Notas Explicativas

	2019	2018
Ativo não circulante		
Trabalhistas	17	42
Fiscais	17.681	16.779
Cíveis	-	24
Diversos	18	-
	17.715	16.845

22.3 Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável de seus valores, não são reconhecidos, entretanto são divulgados. Causas com classificação remota não são objeto de qualquer divulgação destas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentados a seguir:

	Cíveis	Tributárias		Total
	Judicial	Administrativo	Judicial	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	48	45.182	11.837	57.067
Novas causas		48.831	479	49.310
Atualização financeira	(4)	2.832	717	3.545
Saldos em 31 de dezembro de 2019	44	96.845	13.033	109.922

As principais causas tributárias administrativas se referem a diversos processos administrativos movidos pela RFB e são relacionados à contestação de créditos fiscais utilizados pela NTS e não homologados pela autoridade fiscal. Adicionalmente no ano de 2019, houve adição de duas novas causas, que tratam de despacho decisório que glosou parcialmente os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL respectivamente, referente ao ano calendário de 2015, totalizando R\$84.474 (R\$34.012 em dezembro de 2018).

22.3. Processos judiciais não provisionados--Continuação

Os processos tributários judiciais referem-se basicamente a execução de um Auto de Infração, apontando débito de IRPJ/CSLL, em razão de glosa de despesas financeiras, referente a juros pagos em anos anteriores pela empresa em empréstimo no exterior. A

Notas Explicativas

dedutibilidade das referidas despesas não foi homologada pela autoridade fiscal e aguarda pronunciamento judicial de 1ª instância. O valor estimado da causa em dezembro de 2019 é de R\$11.372 (R\$10.661 em dezembro de 2018).

23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar os riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante os exercícios também não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

a) Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos para fazer frente às suas obrigações operacionais e para pagamento de credores. As origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019 são suficientes para liquidação de suas obrigações de curto prazo. O risco de liquidez é administrado pela Companhia, investindo seu caixa em CDBs com liquidez diária e renegociando (quando necessário) o prazo de vencimento de suas dívidas.

	2020	2021	2022	2023	<u>Total</u>
Debentures *	251.526	251.480	251.511	5.278.484	6.033.001
Fornecedores	256.471	-	-	-	256.471

* As projeções das debentures consideram o cenário provável da NE 23(e)

Notas Explicativas**23. Instrumentos financeiros--Continuação****b) Risco de taxas de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras eventualmente utilizada pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía qualquer ativo ou passivo financeiro relevante denominado ou exposto a alguma moeda estrangeira.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controle de riscos. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía qualquer instrumento derivativo em aberto.

c) Risco de crédito

Como parte do Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre os acionistas da Companhia, descrito na Nota 2.1, a Petrobras e a NTS firmaram com o Banco Bradesco S.A. o Contrato de Administração de Contas Vinculadas visando a diversificação do risco de crédito da NTS em relação aos Contratos de Transporte de Gás (GTAs) que detém com a Petrobras (cliente).

Os recebíveis da Petrobras dados em garantia à NTS se referem aos depósitos feitos na conta vinculada por clientes da Petrobras de baixo risco de crédito, oriundos de Contratos de Compra e Venda de Gás Natural (GSAs) nos quais a Petrobras atua como vendedora. Os depósitos realizados nesta conta garantem cobertura de no mínimo 120% do valor esperado dos faturamentos mensais da Companhia, devidos pela Petrobras no âmbito dos GTAs, além de quaisquer taxas e tributos que possam ser deduzidos pelo Banco Bradesco a cada mês.

d) Análise de Sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade para instrumentos financeiros com risco de taxa de juros.

Instrumentos	Exposição	Risco	Provável (*)	Possível (Variação 25%)	Remoto (Variação 50%)
<u>Passivo Financeiro</u>					
Debêntures (**)	5.247.775	Alta do CDI	(251.526)	(313.415)	(374.919)
<u>Ativo financeiro</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	795.974	Queda do CDI	35.819	26.864	17.909

(*) Cenários projetados para 12 meses

(**) O valor das debêntures e os juros a incorrer/ encargos financeiros projetados desconsideramos custos com captação da dívida

23. Instrumentos financeiros--Continuação**d) Análise de Sensibilidade—Continuação**

Notas Explicativas

O cenário “Provável” foi calculado considerando-se uma taxa do CDI de 4,50%, aplicável à parcela flutuante da taxa de juros das debêntures líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019. Os cenários “Possível” e “Remoto” consideraram variações de 25% e 50% respectivamente, sobre o CDI considerado no cenário “Provável”

e) Estimativa a valor justo:

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

		2019		2018	
Ativos Financeiros (Circulante/Não circulante)	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Mensurado pelo custo amortizado		1.749.005	1.749.005	1.198.802	1.198.802
Caixa e equivalentes de caixa	2	795.974	795.974	362.083	362.083
Contas a receber	2	861.142	861.142	804.273	804.273
Outros contas a receber	2	76.793	76.793	17.851	17.851
Depósitos vinculados	2	15.096	15.096	14.595	14.595
Passivos Financeiros (Circulantes/Não circulantes)					
Mensurado pelo custo amortizado		5.497.594	5.497.594	5.408.063	5.408.063
Fornecedores	2	256.471	256.471	154.898	154.898
Debêntures/financiamentos a pagar	2	5.241.123	5.241.123	5.253.165	5.253.165

Notas Explicativas**23. Instrumentos financeiros—Continuação****e) Estimativa a valor justo: —Continuação**

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia
- Nível 2 – para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior
- Nível 3 – para dados não observáveis para o instrumento em questão

A Companhia entender que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil.

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende, que por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

f) Movimentação dos passivos de fluxo de caixa das atividades de financiamentos

Conforme requerido pela norma CPC 03, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

Debentures & Financiamentos	Saldo em 31 de dezembro 2018	Alterações Caixa			Alterações não Caixa			Saldo em 31 de dezembro 2019
		Recebidos/(Pagos) atividades financiamento	Pagamento de juros	Custos de captação	Dividendos e JSCP aprovados	Despesas de juros	Amortização custos captação	
Debêntures - 2a emissão	5.253.165		(348.079)	(8)	-	334.098	1.947	5.241.123
Dividendos e JSCP	16.561	(2.166.126)		-	2.160.111	-	-	10.546
	5.269.726	(2.166.126)	(348.079)	(8)	2.160.111	334.098	1.947	5.251.669

Notas Explicativas

24. Compromissos

a) Obrigações contratuais

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, requeridos e não canceláveis, relacionados as obrigações contratuais assumidas pela Companhia, para a data de 31 de dezembro de 2019:

Classe de Contratos	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Aluguel de escritórios	1.436	1.024	512	45	48	3.065
Telecom & impressoras	28	-	-	-	-	28
Serviços de compressão	16.473	12.605	13.527	14.517	15.579	72.701
Operação e manutenção	278.309	278.309	278.309	278.309	278.309	1.391.545
Uso e compartilhamento de faixas dos gasodutos	55.069	55.069	59.099	63.424	68.066	300.727
Total	351.315	347.007	351.447	356.295	362.002	1.768.066

b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía fiança de R\$ 1.251 contratada junto ao Banco Bradesco para fazer face às garantias exigidas no contrato de aluguel de parte do escritório da sede da Companhia localizado na Praia do Flamengo 200/23º andar, Rio de Janeiro, RJ. A Companhia possuía ainda seguro fiança locatícia no valor de R\$ 902 contratada junto à Potencial Seguradora S.A. como garantia em atendimento ao contrato de aluguel de parte do escritório localizada na Praia do Flamengo 200/19º andar, Rio de Janeiro, RJ.

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Companhia possui diversas apólices de seguros, dentre elas, Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil Geral, Riscos Ambientais, Responsabilidade Civil D&O, Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil de Obras e Patrimonial.

Notas Explicativas**25. Seguros—Continuação**

A tabela a seguir sumariza as coberturas e vigências dos seguros contratados pela Companhia:

Tipo de seguro	Início de vigência	Término de vigência	Cobertura
Riscos operacionais e lucros cessantes	03/10/2019	03/10/2020	1.500.000.000
Responsabilidade civil geral	03/10/2019	03/10/2020	400.000.000
Riscos ambientais	03/10/2019	03/10/2020	300.000.000
Responsabilidade civil D&O	03/10/2019	03/10/2020	300.000.000
Responsabilidade civil profissional (E&O)	03/10/2019	03/10/2020	10.000.000
Proteção de dados e resp. cibernética (Cyber)	03/10/2019	03/10/2020	10.000.000
Fraude corporativa (Crime)	03/10/2019	03/10/2020	5.000.000
Responsabilidade civil obras (CCO)	15/09/2019	31/01/2020	60.000.000
Riscos de engenharia	01/11/2017	31/01/2020	45.135.940
Patrimonial (escritório)	27/11/2019	27/11/2020	10.000.000
Risco de engenharia (CCO)	15/09/2019	31/01/2021	9.986.530
Total			2.650.122.470

Os prêmios de seguros pagos em relação às apólices de seguros são registrados no ativo como despesas antecipadas e são apropriadas proporcionalmente ao resultado em função da vigência das apólices.

A tabela a seguir sumariza os montantes registrados na data-base 31 de dezembro de 2019 e 2018 a título de despesas antecipadas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade operacional	6.719	6.847
Responsabilidade civil	1.477	1.367
Responsabilidade ambiental	974	1.020
D&O	647	651
Risco de engenharia	573	111
Outros - seguros	317	36
Total	10.707	10.032

Notas Explicativas

26. Evento subsequente

Em 18 de fevereiro de 2020, a Nova Transportadora do Sudeste S.A e a Exterran Serviços de Óleo e Gás Ltda., celebraram contrato de compra e venda para aquisição dos ativos correspondentes a estação de compressão de Mantiqueira, no valor de R\$ 46.147.200,00 (quarenta e seis milhões, cento e quarenta e sete mil e duzentos reais), que foi liquidado no dia 21 de fevereiro de 2020.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de março de 2020, foi aprovado por unanimidade e sem ressalvas, distribuição intercalar de dividendos e Juros Sobre Capital Próprio pela Companhia no valor de R\$ 248.003 (duzentos e quarenta e oito milhões e três mil reais), com base em parecer favorável do Conselho Fiscal.

A Administração planeja executar a distribuição dos dividendos e Juros Sobre Capital Próprio no primeiro trimestre de 2020.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Transportadora do Sudeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada do "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures não conversíveis

Ao longo do exercício de 2018, a Companhia emitiu debêntures simples não conversíveis em ações, com oferta pública de distribuição, as quais tiveram garantia pelo Banco Itaú S.A., BB - Banco de Investimento S.A. e Banco Bradesco BBI S.A. Essas debêntures totalizam, em 31 de dezembro de 2019, R\$5.241.123 mil. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, as debêntures possuem cláusulas restritivas que impõem à Companhia o cumprimento de índices financeiros, apurados trimestralmente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a

relevância dos valores envolvidos e dos eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras e

liquidez da Companhia no caso de não atingimento dos índices financeiros a serem apurados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise da escritura das debêntures e a avaliação do tratamento contábil adotado pela Administração com base nos fatos e circunstâncias observados nos documentos relacionados e com base em nossas discussões com a Administração. Adicionalmente, discutimos com a Administração acerca da metodologia de cálculo dos índices estabelecidos nas cláusulas restritivas e avaliamos sua aderência aos requerimentos dos respectivos contratos, e analisamos os cálculos elaborados pela Administração.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as debêntures, que está

consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração do referido instrumento financeiro adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações efetuadas na Nota Explicativa nº 13 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o

Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração:

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada:

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Daniel de Araujo Peixoto

Contador CRC-1BA025.348/O-9

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS ("Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163, inciso III da Lei nº 6.404/76 e suas posteriores alterações, reunidos nesta data, examinaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e emitem, por unanimidade, o presente Parecer favorável, nos termos das discussões havidas em reunião do Conselho Fiscal realizada nesta data.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2020.

Débora Nogueira Messias de Miranda

Reynaldo Lopes Carvalho Sobrinho

Marcello Del Raso Alvarado Davis

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Declaramos, na qualidade de diretores da NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. – NTS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, Flamengo, CEP 22.210-901, inscrita no CNPJ sob o nº 04.992.714/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o NIRE 33.3.0026999-1, nos termos e para fins do art. 25, §1º, V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.

Wong Loon

Diretor Presidente

Flávio Mendonça Leal

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaramos, na qualidade de diretores da NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. – NTS, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 200, 23º andar, Flamengo, CEP 22.210-901, inscrita no CNPJ sob o nº 04.992.714/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o NIRE 33.3.0026999-1, nos termos e para fins do art. 25, §1º, V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019;

Rio de Janeiro, 27 de março de 2020.

Wong Loon

Diretor Presidente

Flávio Mendonça Leal

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores